



Autárquicas 2020

Tudo a postos para o arranque da campanha

O Jornal A NAÇÃO entrevista todos os candidatos de todos os Municípios para dar a conhecer as suas plataformas eleitorais.

Nesta edição:

- A posição dos candidatos a Presidente de Câmara;
- Os mais jovens das candidaturas;
- Os estrangeiros que vão votar;
- O cumprimento da Lei da Paridade, entre outros.

Neste volume, os municípios de:



MUNICÍPIO DE
SÃO LOURENÇO DOS ORGÃOS



MUNICÍPIO DE MOSTEIROIS



MUN. DE STA CATARINA DO FOGO



MUNICÍPIO DE SÃO FILIPE



MUNICÍPIO DA BRAVA

Eleições Municipais 2020

Cadernos "Cidadão Eleitor" da Comissão Nacional de Eleições.



Caro cidadão (e)leitor,

Nesta edição, composta por três volumes, encontrará Cadernos "Cidadão Eleitor" da Comissão Nacional de Eleições (CNE) produzidos e editados pelo Jornal A NAÇÃO, sobre os 22 municípios do país.

A CNE pretende, através destes cadernos levar ao conhecimento dos cidadãos e eleitores os candidatos e respetivas propostas e demais informações úteis sobre os respetivos Municípios.

Os vinte e dois (22) Municípios serão apresentados nos cadernos por ilha, de forma sequencial, de Santo Antão à Brava, e os candidatos em cada Município serão apresentados pela ordem que lhes coube no respetivo boletim de voto.

Neste volume em concreto, vai encontrar cadernos sobre 5 (cinco) municípios, a saber: São Lourenço dos Órgãos, Mosteiros, Santa Catarina do Fogo, São Filipe e Brava.

As cores usadas nos cadernos "Cidadão Eleitor" correspondem aos símbolos heráldicos e brasão de cada Município constante no caderno.

Tudo no pressuposto de levar até si mais informações, e potenciar uma escolha consciente dos governantes do seu Município para os próximos 4 (quatro) anos, no dia 25 de outubro de 2020.

Para si, (e)leitor, votos de boa leitura. Participe!

Maria do Rosário L. Pereira Gonçalves
Presidente da Comissão Nacional de Eleições



Covid-19

Cabo Verde a caminho dos 6 mil casos

Esta terça-feira Cabo Verde atingiu os 5900 casos positivos de covid-19, registados desde o mês de Março, altura em que foi detectado o primeiro caso. O grosso dos casos continua concentrado na Cidade da Praia, que detém 60% dos casos registado em todo o país (3456).

A sua condição de maior foco de transmissão levou, nos últimos dias, a tomada de medidas adicionais de segurança. Os espaços balneares, que já tinham sido abertos em toda a ilha de Santiago, voltaram a ser interditados na Praia, um dia depois da notificação de mais de uma centena de casos na capital do país.

Da mesma forma, as aulas presenciais na Cidade da Praia foram adiadas para o início de Novembro, um mês depois do previsto a nível nacional, incluindo outros municípios de Santiago. Vão ainda ser reforçadas algumas medidas, nomeadamente o acompanhamento das pessoas que fazem internamento domiciliário, tendo em vista diminuir os casos de incumprimento.

O director nacional da Saúde já tinha alertado, na terça-



-feira, para “um nível preocupante de pessoas que não estão a cumprir o isolamento domiciliário”. Na ocasião, Artur Correia apelou ao sentido de responsabilidade dos doentes, no sentido de cumprirem as recomendações das autoridades sanitárias e com o pacto que assumem de não propagar a infecção para os vizinhos, familiares e comunidade em geral.

Sete óbitos em uma semana

Desde a última quarta-feira, 23, foram notificadas sete mortes relacionadas com a covid-19, todas na ilha de Santiago. Destes, cinco ocorreram na Cidade da Praia, um em Tarrafal de Santiago e outro em Santa Cruz.

Não obstante, em outros concelhos da ilha de Santiago, onde já houve focos

de transmissão, como Santa Cruz, São Miguel e São Domingos, a situação é “confortável”, segundo assinalou, esta semana, o director nacional da Saúde.

No total, a covid-19 fez, até esta quarta-feira, 59 vítimas mortais em todo o país, a maioria com outras doenças associadas e que agravaram o seu estado de saúde. Destes, 33 foram registados na Praia.

A covid-19 já atingiu cerca de 1% da população, um número considerado elevado, mas que poderia ser maior se, como vem frisando o DNS, a investigação epidemiológica fosse maior nas diversas ilhas. “Esta é uma doença com 70% de assintomáticos e é natural que haja mais casos na comunidade que não estão a ser diagnosticados”, alertou Artur Correia. 

Praia com novo laboratório de virologia

A partir da próxima semana o país passa a contar com mais um laboratório de virologia, a ser instalado na Cidade da Praia, anunciou, esta terça-feira, o ministro da Saúde, Arlindo do Rosário.

O novo laboratório foi anunciado à margem da cerimónia do

Acordo de Aquisição Conjunta de medicamentos e outros produtos médicos, entre os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento da região africana.

A unidade é uma parceria com a Uni-CV e, com ela, o país passa a contar com seis laboratórios ad-

quiridos no espaço de seis meses. Segundo o ministro da tutela, o país está a realizar mais de três mil testes por semana, o que representa um “esforço económico elevado”, num valor superior a 100 mil contos.

Esta semana o país também re-

cebeu cerca de sete toneladas de medicamentos, uma doação da Índia, no âmbito do combate à covid-19. As autoridades sanitárias nacionais acreditam que a doação vem aumentar a capacidade do país no combate aos sintomas da covid-19.



APP
ÁGUAS DE PORTA PRETA



 **CMPN**

APN

ÁGUAS DE PORTO NOVO

15

ANOS

2005 ~ 2020

NUMA ALTURA EM QUE OS NOSSOS SERVIÇOS SÃO ESSENCIAIS PARA A HIGIENIZAÇÃO PREVENTIVA CONTRA O COVID-19, SENTIMOS, MAIS DO QUE NUNCA, UM IMENSO ORGULHO NO TRABALHO DESENVOLVIDO AO LONGO DESTES 15 ANOS. ESTAMOS JUNTOS NESTE COMBATE. CONTINUAREMOS JUNTOS NO FUTURO.

 @AguasPontaPreta
aguaspontapreta.cv/apn

Regresso às aulas

132 mil alunos começam ano lectivo 2020/2021, à excepção da Praia

Em todo o país um total de 132 mil alunos iniciaram esta quinta-feira, 1, o ano lectivo 2020/2021, sob medidas restritivas de combate à propagação da Covid-19. Na Cidade da Praia, o principal foco de transmissão da pandemia em Cabo Verde, as aulas presenciais só vão começar a 1 de Novembro.

A Redacção

As aulas serão intercaladas entre ensino presencial e à distância, turmas com menos alunos do que o habitual e uso obrigatório de máscaras a partir do quinto ano.

Na sua página do “Facebook”, o secretário de Estado-Adjunto para a Educação, Amadeu Cruz, sublinhou que a prioridade é estabelecer um quadro “sereno e propício” às aprendizagens e ao recomeço da vida colectiva, preservando a saúde e o bem-estar dos alunos e do pessoal docente e não-docente.

Cruz avançou, também, que as escolas foram preparadas e os professores capacitados para garantirem o cumprimento das regras de segurança definidas em sintonia com as autoridades sanitárias e em observância das recomendações dos organismos internacionais.

“Por conseguinte, em todos os concelhos do país os alunos e os professores regressam às salas de aula, a partir do dia 1 de Outubro, exceto no Município da Praia, onde a situação epidemiológica ainda regista progressão que desaconselha aglomerações de pessoas em ambiente de ensino presencial”, precisou.

O secretário de Estado chama os pais e encarregados de educação a colaborar e ajudar os filhos e educandos a observar e cumprir todas as orientações ema-

nadas pelas autoridades sanitárias, que irão, também, supervisionar o funcionamento das escolas e dos transportes públicos.

Em São Nicolau faltam manuais e termómetros

Em São Nicolau, pouco mais de três mil alunos voltam às salas de aulas. Testes rápidos aos professores e colaboradores, circuito de circulação, álcool gel em todas as salas, lavatórios à entrada das escolas e uso de máscaras são algumas das medidas de prevenção.

Os responsáveis do Ministério da Educação (ME) garantem que todas as medidas estão a ser tomadas para evitar a propagação do vírus. Mesmo assim, algumas preocupações se colocam, como a falta de manuais, a forma como serão feitos os lanches no Ensino Secundário e a falta de termómetros para a medição de temperatura são alguns pontos que, ainda, aguardam solução.

Espera-se, entretanto, por soluções “viáveis” até à próxima semana.

Santo Antão: aulas em moldes diferentes

No Paul, um dos poucos municípios sem casos, as aulas vão acontecer com alguma norma-



lidade.

Estão inscritos mil 380 alunos - nos diferentes sub-sistemas -, distribuídos por 17 escolas e sob a orientação de 140 professores.

Mesmo assim, a composição das turmas obedece ao limite imposto, conforme garante a delegada da Educação Lineth Cruz. Cada aula terá a duração de 40 minutos.

No Concelho da Ribeira Grande, as medidas de segurança seguem o mesmo protocolo, com o uso obrigatório de máscaras para alunos acima dos 12 anos, bem como para os funcionários. Nesse município são, ao todo, três mil 790 alunos matriculados e 259 professores.

Já no Porto Novo, onde, neste momento, se registam dois casos activos, as aulas decorrem em regime presencial nas escolas do interior.

No centro da cidade, as aulas funcionam em regime presencial e à distância com desdobramentos e aulas intercaladas. Os

alunos do 11º e 12º frequentam as aulas diariamente.

O município começa o ano lectivo com quatro mil e cem alunos, divididos por 31 escolas e 314 professores.

No que diz respeito aos alunos sem acesso à televisão, as escolas pretendem repôr as aulas através da projecção, pelo menos, até que o Ministério da Educação venha a distribuir televisores aos mais necessitados, com a chegada da TDT (Televisão Digital Terrestre) em toda a “Ilha das Montanhas”.

Santo Antão conta, no total, com nove mil 270 alunos inscritos.

São Vicente: ME garante que escolas estão preparadas

A delegada do ME em São Vicente garante que as escolas da “Ilha do Monte Cara” estão preparadas para lidar com o contexto da pandemia.

Segundo Helena Andrade,

neste ano lectivo, os estabelecimentos educativos da ilha vão ter perto de 16 mil alunos, repartidos pelo Pré-Escolar, ensino Básico e Secundário.

“Logicamente que ainda temos muito mais condições para serem criadas, mas isso é uma questão, também, de adaptação. É algo que não estávamos à espera”, assegura Andrade, frisando que, em termos de higiene, as condições já estão garantidas.

Conforme directrizes do Ministério de Educação, o uso de máscaras passa a ser obrigatório só a partir do quinto ano.

Vale salientar que algumas estabelecimentos ainda se encontram em obras de requalificação, como é o caso da Escola de Ribeirinha (à frente da Cadeia), o que irá adiar, até a próxima segunda-feira (5) o começo das aulas.

O ano lectivo 2020/21, em São Vicente, teve início esta quinta-feira, 1. Os estabelecimentos de ensino da ilha vão receber perto de 16 mil alunos. ✎



Apresentação das candidaturas

Carlos Vasconcelos e António Fernandes disputam a confiança dos laurentinos

Após um mandato à frente da Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, o candidato do MpD, Carlos “Lela” Vasconcelos, vai agora às urnas para saber se continua a merecer a confiança dos laurentinos, por mais quatro anos.

Com o lema “seguir em frente para fazer mais por São Lourenço dos Órgãos, Lela promete uma câmara com representatividade em todas as localidades do município.

Para liderar a Assembleia Municipal, a escolha do MpD recaí sobre Emanuel Gonçalves.

ves.

Já o PAICV, que em 2016 perdeu a autarquia para o adversário ventoinha, depois de estar no poder desde a comissão instaladora, tenta reconquistar o município, com o candidato António “Tone” Fernandes.

A formação tambarina «quer

acabar com o laxismo e a incompetência instalados nesse concelho de Santiago Norte e resgatar o tempo perdido”.

Tone faz dupla com Victor Baessa, que concorre à presidência da Assembleia Municipal, após ter sido derrotado no embate autárquico de 2016, por

Carlos Vasconcelos, do MpD.

No próximo dia 25 de Outubro, o concelho de São Lourenço dos Órgãos, com cerca de 5.495 inscritos nos cadernos eleitorais (2019), vai às urnas para escolher o candidato que vai comandar o seu destino nos próximos quatro anos.

Retrospectiva

MpD conquistou o concelho pela primeira vez em 2016

São Lourenço dos Órgãos foi elevado à categoria de município em 2005, com a sua desanexação do concelho de Santa Cruz. Desde então, o PAICV governou o concelho, primeiro com uma comissão instaladora, depois através de eleições, no período entre 2008 e 2012.

Victor Baessa, que liderou a comissão instaladora, venceu o candidato do MpD, António Gonçalves, e, quatro anos depois, nas elei-

ções de 2012, derrotou a candidatura ventoinha liderada por Carlos Alberto Vasconcelos. Os dois políticos voltaram a medir forças em 2016, só que, desta vez, Vasconcelos foi quem saiu vencedor na disputa pelo voto dos laurentinos.

No dia 25 de Outubro, Carlos Vasconcelos tenta o seu segundo mandato, contra a candidatura tambarina liderada por António Fer-

nandes. E desta vez, Baessa lidera a lista à Assembleia Municipal.

O município de São Lourenço dos Órgãos foi criado a 9 de Maio de 2005, pelo Decreto-Lei nº 64/IV/2005, ao abrigo da alínea b) do artigo 174º da Constituição da República de Cabo Verde, em regime de instalação.

Está entre os concelhos mais recentes de Cabo Verde.

SÃO LOURENÇO DOS ORGÃOS

Carlos Vasconcelos, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo MpD

“A juventude e o emprego estarão sempre no centro das nossas preocupações”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

Sempre olhamos para a política como uma missão sacerdotal, que deve ser posta ao serviço do bem comum.

2- Quais as linhas gerais da sua

Plataforma Eleitoral?

No que toca às políticas sociais, iremos criar um programa de reabilitação das casas de famílias de baixa renda; construir casas de banho para todas as famílias mais vulneráveis; trabalhar para atingir 100% de ligação de água e eletricidade e abastecimento de água potável; reforçar os cuidados de saúde primários e construir mais duas Unidade Sanitárias de Base.

A nível de infraestruturização, vamos reabilitar a estrada entre Ramal de São Jorge e Longueira, construir o nosso Passos do Concelho e placas desportivas de Boca Larga, Pico de Antónia e Pombal. Vamos concluir as obras do Mercado Municipal e construir três matadouros municipais.

A juventude e o emprego estarão sempre no centro das nossas preocu-

pações.

O nosso propósito é transformar o turismo na segunda maior atividade económica do concelho.

3- Essas linhas são factíveis?

Com certeza.

4- Por que é que a sua lista deve ser a vencedora?

Somos uma equipa credível, competente, com melhores propostas e na qual os laurentinos mais acreditam.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Os caminhos não são de aventuras, mas sim de muito trabalho e foco naquilo que é essencial, para juntos continuarmos a garantir a qualidade de vida e felicidade.

Presidente Assembleia Municipal



Emanuel Borges Gonçalves, 45 anos, Médico

Homem mais jovem do MpD

Alex Sony Moreno Monteiro

“Acredito que a abstenção entre os jovens está ligada à insatisfação”



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

O motivo que me leva a interessar-me pela política é dar o meu contributo para o desenvolvimento do meu município.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

A participação jovem ainda é deficiente. Não sei se é por falta de convite, mas não vejo motivação nos jovens em entrarem para as listas. Entretanto, nestas eleições, já se nota algum avanço.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Acredito que a abstenção entre os jovens está ligada à insatisfação. Mas, se queremos mudanças, se queremos o desenvolvimento do nosso concelho, é preciso votar.

Mulher mais jovem do MpD

Wilsa Mulata Tavares Mendes

“Quero continuidade no desenvolvimento de São Lourenço”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

O que me traz à política é que gostei do trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos e quero fazer parte desta equipa e ajudar naquilo que for minha competência.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Integro esta lista para o bem do meu município. Quero dar continuidade ao desenvolvimento de São Lourenço dos Órgãos.

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

Ainda é pouca. Talvez ainda haja um receio ou medo, mas, penso que,



nestas eleições autárquicas, as mulheres de São Lourenço dos Órgãos já estão a mostrar mais interesse em participar.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - MpD



Carlos Vasconcelos Fernandes



Vera Artemisa S. V. Afonso



Valdano P. Cabral Furtado



Surzi Paula Brito dos Reis



Gilson M. Lopes Semedo

Lista dos suplentes:

Helena Alcine Almeida Gomes, Júlio César Borges Tavares, Ednilson da Conceição Rodrigues Mendes, Seila Sulângela Gonçalves Varela, Anilton de Jesus Sanches Correia

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - MpD



Emanuel Borges Gonçalves



Andrea Sofia M. Cabral



Antunes M. S. Marques



Teresa de J. R. dos Passos



Odair António S. Afonso



Wilsa Mulata T. Semedo



Eduardo da V. de Pina



Ludmila M. T. Semedo



João Alberto Soares



Idelfina A. F. de Carvalho



Daniel Lopes Ribeiro



Maria A. M. de Barros



Alex Sony M. Monteiro

Lista dos suplentes:

Maria Celeste Tavares Monteiro, Silvino Viera de Sousa, Ana Sofia Barreto Sousa Pereira, João de Deus Tavares Almeida, Rosemére Lopes Moreira, João da Veiga Varela, Maria Odete Correia Gomes, Wagner Gomes Barreto, Daniela Lenise Tavares Cardoso, Alexsander Varela Monteiro, Ermilinda Silva Moreno, Eduardo Correia Mendes, Maria Isabel Fernandes Vieira

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político. Quanto

à observância da Lei da Paridade, 40%/60% entre os sexos, a candidatura do MpD em São Lourenço dos Órgãos, apresentou, na composição das suas listas da Câmara e da Assembleia, os parâmetros estabelecidos. Dos 10 candidatos à CM, 40% são mulheres. Na lista para a AM, dos 26 candidatos 50% são mulheres.



SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS

António “Tone” Fernandes, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PAICV

“Uma nova equipa, que coloca os interesses de São Lourenço dos Órgãos em primeiro lugar”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A minha maior motivação e ambição é servir a população e o município, dedicando as minhas competências pessoais, técnicas e sociais, e a minha experiência, em prol de São Lourenço dos Órgãos.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

São baseadas em cinco pilares estratégicos: 1. Colocar Órgãos no centro da conexão económica, promovendo o desenvolvimento dos sectores de produção, comércio e turismo; 2. Promover o emprego jovem, o rendimento para as famílias e o desenvolvimento de cada comunidade; 3. Planeamento, infraestruturação municipal e requalificação ambiental; 4. Garantir a sustentabilidade e a transparência das finanças municipais; 5. Promoção e inclusão social.

3- Essas linhas são factíveis?

Sim! São compromissos para o mandato e estamos conscientes de como concretizá-los. Nós prometemos aquilo que sabemos que iremos cumprir. Estamos seguros de que, com a confiança dos laurentinos no dia 25

de Outubro, iremos cumprir e construir, juntos, um “Órgãos pa nós tudu”.

4- Por que é que a sua lista deve ser a vencedora?

Este projecto é de São Lourenço dos Órgãos e para todos os laurentinos. Por isso esperamos merecer a sua confiança, para construir um município com mais justiça social, com mais rendimentos, com mais empregos e formação para os jovens e com mais transparência.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

No dia 25 de Outubro, os laurentinos são chamados para escolher uma nova pessoa para liderar a Câmara Municipal. Uma nova equipa, que coloca os interesses de São Lourenço dos Órgãos em primeiro lugar e acima de tudo. O nosso apelo é que, neste dia, todos exerçam o seu direito de voto.

Presidente Assembleia Municipal



Victor Moreno Baessa - Engenheiro

Homem mais jovem do PAICV

Etson Rito Gomes Andrade

“Eu gosto de fazer parte quando algo de importante acontece”



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

Eu não sou pessoa que gosta de ficar sentada à espera que as coisas aconteçam. Gosto de tomar parte quando algo de importante acontece. O meu interesse na política é fazer o melhor para o meu concelho, para Cabo Verde.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

Estamos no início de uma revira-

volta. Os jovens começam a participar mais na política. Entretanto, há ainda alguma barreira quanto ao espaço dos jovens na política. Sempre dizem que devemos participar mais, mas, quando chega o momento, o espaço nos é negado. Acredito que estas eleições estão a mostrar que estamos num bom caminho.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Se realmente queremos uma mudança, se queremos que algo aconteça, devemos fazer parte. Acredito que abstendo-se não estamos a ganhar nada. Então devemos tomar parte, mostrar a nossa posição, reagir e criticar mais. Apenas sentar e ficar à espera não resolve nada.

Mulher mais jovem do PAICV

Luciene Mendes Gonçalves

“As mulheres são fortes e capazes de fazer a diferença”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

O meu interesse é ajudar, principalmente, a camada jovem, que é a mais afectada, nomeadamente pelo desemprego. Acho que nós mulheres, se entrarmos para a vida política, podemos fazer coisas boas e até melhor. Enquanto jovens, entramos com mais força e mais energia para enfrentar os novos desafios, sempre bebendo da experiência dos veteranos.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

A lista do PAICV tem a solução para São Lourenço dos Órgãos. Esta lista vai olhar para as pessoas que realmente precisam e que têm sido ignoradas pela actual autarquia. São Lourenço é um município com muitas carências e precisa de uma governação mais próxima das pessoas.



3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

A participação das mulheres neste município é ainda muito fraca. Quase inexistente. Muitas entram, mas depois acabam por desistir. Mas acredito que o cenário poderá mudar, porque, ao contrário do que muitas vezes se acredita, nós mulheres somos fortes e lutadoras. E podemos fazer a diferença.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - PAICV



António Alberto Mendes dos Santos Fernandes



Maria Ilisita R. F. Fonseca



José António Neves Correia



Nelson Dani B. Moreira



Jandira Gomes S. Brito

Lista dos suplentes:

Gerson Patrik Borges Tavares, Clarisse Tavares Cabral, Rosilene Emanuela dos Reis Mendes, José Maria Gñçalves Pereira, Jairson de Jesus Moreno da Veiga

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - PAICV



Victor Moreno Baessa



Suzete Soares Moniz



Vailson de J. G. F. Garcia



Admir Pereira Miranda



Luciene Mendes Gonçalves



José M. dos S. Moreira



Angelo Filomeno Freire



Edna Rosa Varela Barros



Carlos A. R. L. Tavares



João Sanches Monteiro



Iolanda Marisa B. de Sousa



Adilson A. B. D' Oliveira



Etson Rito Gomes Andrade

Lista dos suplentes:

Florbela Irina Monteiro Ribeiro, Carlos António Monteiro Semedo, Anilda da Conceição Mendes Gonçalves, Naidine Sanches Semedo, Adilson Manuel Sanches Batalha, Carla Lenira Mendes Nunes, Vanusa Baessa Carvalho, Edson de Andrade Moreira, Edna Celina Semedo Varela, Deusa Maria da Rosa Monteiro

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Quanto à observância da Lei da Paridade, 40%/60% entre os sexos, a candidatura do PAICV em São Lourenço dos Órgãos apresentou, na composição das suas listas da Câmara e da Assembleia, os parâmetros estabelecidos. Dos 10 candidatos à CM, 40% são mulheres. Na lista para a AM, dos 23 candidatos 47% são mulheres.”



SÃO LOURENÇO DOS ORGÃOS

Por que se deve votar a 25 de Outubro?

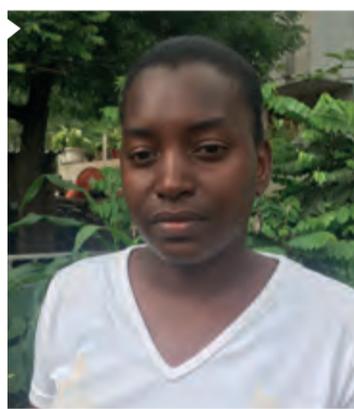


Euclides Pereira - *Professor*

É sempre importante votar, tendo em conta que é uma decisão importante para a governação do país. Quando não votamos, significa que estamos a ser passivos, não estamos a contribuir e, depois das eleições, fica-nos mal fazer qualquer reclamação. Ao votarmos, garantimos o direito de exigir e ser um cidadão participativo.

Sandra Cabral - *Jurista*

Através do voto se consegue fazer valer o direito de participação e o dever enquanto cidadão, ao escolher as pessoas que consideramos ideais para governar o nosso concelho durante quatro anos. Se queremos o desenvolvimento do nosso município e melhores oportunidades é fundamental participar, através do voto.



Porquê que um cidadão estrangeiro deve votar nas autárquicas?

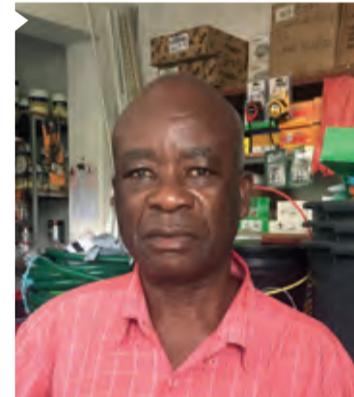


Virgílio Oliveira Garcia, *pedreiro Guiné Bissau*

Estou em Cabo Verde há mais de 20 anos e fiquei muito impressionado com a governação cabo-verdiana. Aqui, qualquer partido que entra no poder faz o seu trabalho. E fico feliz em dar o meu contributo, porque quem está a trabalhar por São Lourenço está a trabalhar também para a comunidade estrangeira que vive aqui e para a comunidade que nos acolheu.

Daniel Aganmwonyi, *empresário, Nigéria*

Todos queremos a boa governação do município ou do país onde estamos a viver. E se estamos satisfeitos com o trabalho feito, é importante votar e dar o nosso contributo para a sua continuação, independentemente se somos cabo-verdianos ou não. Todos saímos a ganhar.

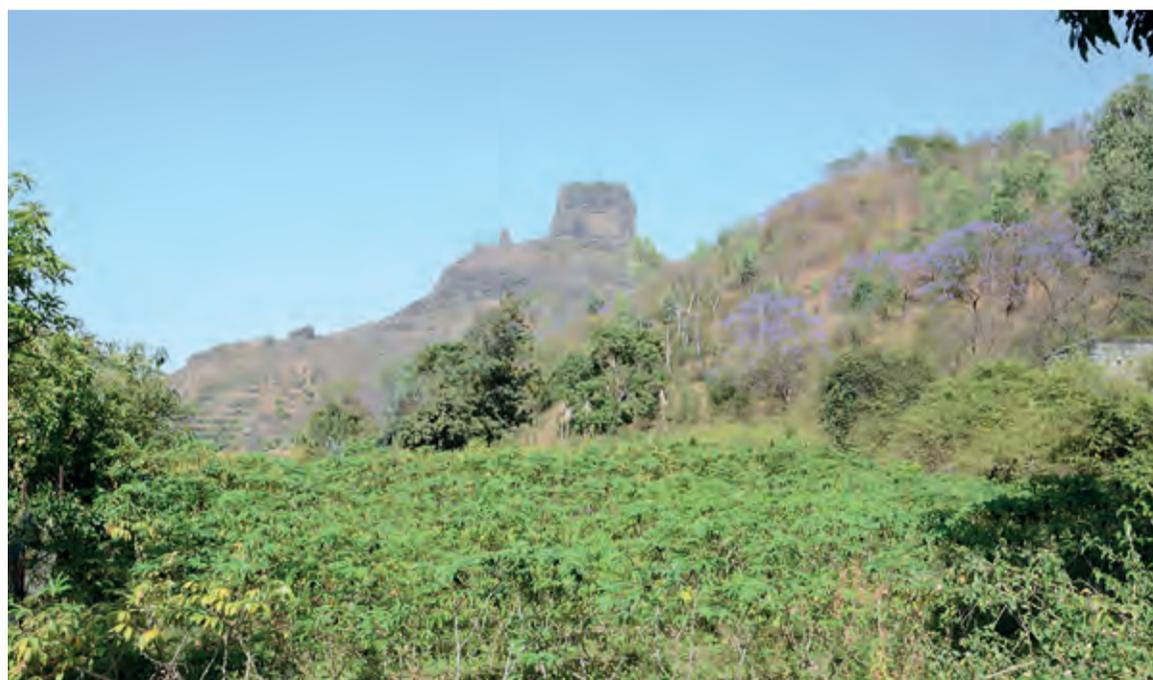


B.I. do Município

Um município com grande potencialidade turística

São Lourenço é um município essencialmente rural cuja actividade económica principal gira em torno da agricultura e da pecuária. Nota-se um certo esforço para modernização desses dois sectores, no caso da agricultura de regadio, com a construção da barragem e o centro de transformação de produtos agroalimentares. Existem no centro da cidade de João Teves, os serviços administrativos e algumas atividades ligadas aos serviços de bares/restauração.

São Lourenço dos Órgãos é um dos municípios mais pobres da Ilha de Santiago e de Cabo Verde. Este facto deve-se ao fraco desenvolvimento



ao longo dos anos transactos e por ser um município rural e de escassos recursos.

Dados do INE relativos a 2018 apontam que a população residente é de 6.990 pessoas,

sendo que 50,2% são do sexo masculino e 49,8% do sexo feminino.

O desemprego mantém-se num nível relativamente elevado, 11,2%, mais 5,1% em re-

lação a 2017. A taxa de ocupação da população activa é de 36,7%.

Num total de 1714 agregados familiares, mais de 90% tem acesso à eletricidade, mas apenas

38% tem acesso ao gás butano.

Sendo um município rural, tem como uma das grandes oportunidades, a principal estrada nacional que o atravessa em toda a sua extensão.

O concelho conta, ainda, com importantes pontos potenciais de atracção de actividades económicas e do turismo, como a barragem de Pilon (agricultura, pecuária, comércio e turismo) e o Pico de Antónia (turismo de Montanha), a maior elevação da Ilha de Santiago, a terceira maior elevação do país, o perímetro florestal e o Jardim Botânico de São Jorge (Turismo ecológico e de montanha), pontos esses que podem atrair grandes investimentos para a região nas áreas de turismo e comércio.



Apresentação das candidaturas

Mosteiros volta a ter disputa a dois

Depois de nas eleições de 2016 ter contado, pela primeira vez na sua história política, com três candidaturas, duas das tradicionais forças políticas e uma independente, a do Movimento Cidadão “Avançar Mosteiros Independente”, nas eleições de 25 de Outubro, Mosteiros volta a contar com duas candidaturas apadrinhadas pelo PAICV e MpD, para ocupar a cadeira de presidência que vai ser deixada vaga pelo actual edil, Carlos Fernandinho Teixeira, que não se recandidata depois de 18 anos de presidência.

Para as eleições de 25 de Outubro, o PAICV

aposta no vereador Fábio Vieira para continuar a governar os Mosteiros, como vem acontecendo desde as primeiras eleições autárquicas de 1996.

Mosteiros é o único reducto que se mantém fiel ao PAICV desde 1996, ou seja, há 24 anos, isto depois de em 2016 esse partido ter perdido as câmaras de São Filipe e Santa Catarina para o MpD.

Fábio Vieira, que é vereador desde 2012, tem a responsabilidade de garantir o ainda bastião tambarina no Fogo contando para tal com o apoio do seu camarada Fernandinho Teixeira que está de saída.

O MpD, que nunca conquistou Mosteiros, aposta

em Lourenço Lopes para escrever um novo capítulo na história política naquele município, fazendo dupla nesta caminhada com o médico Francisco Barbosa Amado, que foi por duas vezes candidato à presidência da Assembleia Municipal.

O próprio Lourenço Lopes que nas últimas eleições foi eleito para a Assembleia Municipal, integrando a lista do MpD, encabeçou, há 20 anos, a lista para a Câmara Municipal. Na altura, perdeu para o então candidato do PAICV, Júlio Correia.

Desta vez, os eleitores dos Mosteiros vão escolher entre Fábio Vieira (PAICV) e Lourenço Lopes (MpD) para a presi-

dência da Câmara, substituindo Carlos Fernandinho Teixeira. Independentemente do vencedor, será uma estreia na cadeira de presidência da autarquia mosteirense.

Se Fábio Vieira vencer será a continuidade do PAICV na liderança da governação dos Mosteiros, mas se for Lourenço Lopes do MpD será uma ruptura com 20 anos do PAICV e uma nova etapa no desenvolvimento daquele município.

A decisão e a escolha caberão aos eleitores dos Mosteiros no dia 25 de Outubro, distribuídos por 21 mesas de assembleias de votos, nove no centro urbano e 12 no mundo rural.

Breve retrospectiva das autárquicas

PAICV venceu todas as eleições pluralistas

O município dos Mosteiros continua a ser o bastião do PAICV a nível da ilha do Fogo. É o único espaço do território nacional onde os “tambarinas” mantêm a hegemonia, vencendo todas as eleições pluralistas realizadas em Cabo Verde, seja ela legislativa, presidencial ou autárquicas, há cerca de três décadas.

A nível autárquico, nas seis eleições realizadas desde 1996, cerca de quatro anos depois da elevação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, à categoria de município, apenas as candidaturas do PAICV saíram vencedoras: primeiro com Júlio Correia (1996 e 2000) e depois com Carlos Fernandinho Teixeira (2004, 2008, 2012 e 2016), mas também venceu, desde 1991 as eleições legislativas e presidências. Nas últimas legislativas de 2016 em que o MpD conquistou a ilha do Fogo, Mosteiros continuou fiel ao PAICV que ganhou com uma vantagem de mais de 300 votos validamente expressos.

Nas eleições autárquicas de 2008, o MpD sofreu a mais estrondosa derrota nos Mosteiros, tendo conseguido obter apenas três dos 13 mandatos para Assembleia Municipal e, em 2012, a diferença entre o PAICV e MpD foi de mais de 1.700 votos.

Nas últimas eleições autárquicas nos Mosteiros, realizadas a 04 de Setembro de 2016, a candidatura do MpD liderada por Isidoro Gomes reduziu a diferença, mas, mesmo assim, ficou a mais de 10 pontos percentuais do candidato do PAICV, com 1.995 votos e 2.482, respectivamente, cerca de meio milhão de votos de diferença que o candidato Lourenço Lopes terá de neutralizar se quiser vencer Fábio Vieira e conquistar os Mosteiros, pela primeira vez, para o MpD.

Nessas eleições autárquicas de 2016, Mosteiros contou com três forças concorrentes: o MpD com Isidoro Gomes, que obteve 1995 votos (43,36%), o PAICV com Carlos Fernandinho Teixeira que alcançou 2482 votos (53,94%) e AMI de Pedro Centeio Gonçalves que ficou pelos 53 votos (1,15%).

Para as eleições de 25 de Outubro estão inscritos um total de 6.609 eleitores, mais 458 do que nas eleições de 2016 (6.151 eleitores).

A única certeza que existe neste momento é que, a partir de 25 de Outubro, Mosteiros terá um novo edil: Fábio Vieira (PAICV) ou Lourenço Lopes (MpD), cabendo a escolha do sucessor de Carlos Fernandinho Teixeira aos cidadãos eleitores dos mosteirenses.



MOSTEIROS

Fábio Vieira, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PAICV

“Mosteiros é a nossa prioridade. Mosteiros é a nossa causa”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A principal motivação deriva de um sonho e de uma visão de transformar Mosteiros num dos municípios mais prósperos, inclusivos, modernos, democráticos e sustentáveis de Cabo Verde e com mais e melhores oportunidades para todos, sobretudo os jovens.

Mosteiros é a nossa PRIORIDADE. Mosteiros é a nossa CAUSA. E não existe escolha melhor e nem causa mais justa do que lutar sem tréguas para a prosperidade e a felicidade de todos os Mosteirenses.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

A nossa plataforma eleitoral assenta em 5 grandes eixos, que consideramos estratégicos para alavancar o desenvolvimento social e económico de Mosteiros: (i) Agricultura, Pecuária, Pescas e Ambiente; (ii) Cidadania Local; (iii) Juventude, Formação, Cultura e Desporto; (iv) Turismo; e (v) Diáspora.

Importante frisar que toda a nossa estratégia de promoção do desenvolvimento de Mosteiros centrará na exploração e utilização estratégica dos seus recursos endógenos (naturais, paisagísticos e humanos).

3- Essas linhas são factíveis?

Sim, são factíveis por várias razões. Primeira, porque assentam numa visão realista do contexto e dos incentivos disponíveis. É preciso saber adequar as ambições à nossa realidade e à conjuntura nacional e internacional. Segunda, porque apoiam na utilização estratégica dos seus recursos endógenos, que se configuram as grandes potencialidades do concelho (agricultura, pecuária, pescas, agroindústria e turismo).

E, finalmente, porque toda a estratégia de governação local assentará numa maior

articulação e cooperação entre os principais stakeholders de desenvolvimento do nosso concelho, o governo e os demais parceiros de desenvolvimento.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Por ser uma lista que casa muito bem a juventude com a experiência, incorporando quadros locais com apurada competência técnica em várias áreas e domínios do saber e com vasta experiência em matéria do poder local e, sobretudo, porque são bons conhecedores da realidade social e económica do nosso concelho e dos munícipes.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

O apelo que deixo aos eleitores mosteirenses é no sentido de todos exercerem o seu direito de VOTO, no próximo dia 25 de Outubro, votando de forma livre e em consciência e na candidatura que está melhor preparada para guiar os destinos do nosso concelho, neste caso em concreto a candidatura do PAICV.

Presidente Assembleia Municipal



Lúcio Miranda Fernandes, 39 anos, natural dos Mosteiros, é médico especialista em cardiologia e actual presidente da Assembleia Municipal dos Mosteiros (PAICV).

Homem mais jovem do PAICV

Edmilson Martins Alves

“Jovens devem participar na tomada das decisões para o desenvolvimento”



1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

Interesso-me pela política porque acredito que é uma forma de exercer o bem e a justiça. É também a forma de participar na tomada de decisões importantes para o desenvolvimento do meu município, Mosteiros e do país.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

A juventude cabo-verdiana, de uma forma geral, não se interessa muito pela política, pois, o número de jovens é menor na política do que os adultos mais velhos, isto porque poucos acreditam na visão política nacional.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Apelo a todos os jovens para acreditarem nos projectos apresentados pelos candidatos e compreender o verdadeiro motivo de se interessar pela política, porque ela afecta o nosso quotidiano e os jovens devem participar nas eleições de 25 de Outubro, exercendo o seu direito.

Mulher mais jovem do PAICV

Suely da Veiga Barbosa

“A tradição de que a mulher deve ser apenas mãe, esposa e dona de casa começou a ser quebrada”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

Quando Fábio Vieira me fez o convite para participar na lista da Assembleia disse-lhe que ia pensar, pois não estava à espera, visto que ainda não me tinha passado pela cabeça entrar na política. Mas refletindo vi que, apesar de ser jovem e mulher, posso dar meu contributo para o meu município e acredito que é sempre bom ter uma visão da juventude para tudo. A mulher tem o lado mais sensível de procurar onde não há para ajudar sempre.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

A candidatura do PAICV liderada por Fábio Vieira coloca o interesse do município acima de tudo, como o lema “Mustero nos bilida d’odju” refere, e traz vários projectos que envolvem todas as localidades, integra as mulheres pensando numa vida melhor e coloca os sectores mais importantes (agricultura e pesca) deste município no centro do processo de desenvolvimento. O candidato está sempre disponível para ajudar os jovens e não só.



3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

Como é de conhecimento de todos, ainda as mulheres estão “acanhadas” no que se refere à vida política e Mosteiros não foge à regra. A tradição que a mulher deve ser apenas mãe, esposa e dona de casa já começou a ser quebrada há algum tempo e com a lei de paridade muitas coisas estão tomando novas pinturas. Mas ainda é cedo para falar do resultado final, pois precisamos vincular as raízes e deixar que os próprios pensamentos feministas nos amedrontem. Para mil a mulher pode ser tudo, sem ser pressionada a nada.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - PAICV



Fábio Vieira



Maria Veiga



Jaime José Júnior



Janice Rosa



Nelson Pires

Lista dos suplentes: António Alberto de Andrade, Alexandra Aline Lima Rodrigues Pires, João Manuel Centeio Fernandes, Mamadú Camará, Adelina Gonçalves da Rosa Andrade

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - PAICV

Lúcio Miranda
Fernandes

Manuela Barbosa



Isildo Gomes



Adilson Martins



Suely Barbosa



Joaquim Rodrigues



Morgado Barros



Avelina Gomes



Porfírio Miranda



Edson Martins



Isana Andrade



Silvestre Fontes



Maria Mendes

Lista dos suplentes: José Lizito Barbosa Rodrigues, Tereza Resende, Eliseu Amadeu Oliveira da Silva, Zeca Andrade Monteiro, Maria Luísa Lopes Gomes, Manuel Sebastião de Pina Ribeiro, Adérito Barbosa Correia, Paula Inizia Rosa Semedo, Edimilson Martins Alves, Joana Socorro Andrade Gonçalves, António Vaz Lopes, Madjer de Pina Santos Vieira e Maria Antónia Santos Andrade Miranda.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Com relação ao grau de aplicação da Lei da Paridade a

candidatura de Fábio Vieira afirma ter respeitado a lei, quer na composição da Câmara como da Assembleia Municipal.

Dos 10 elementos para a câmara (efectivos e suplentes) quatro são mulheres, sendo duas como efectivas e outras duas com suplentes, correspondendo a 40%, respeitando assim a lei da paridade. Para Assembleia dos 26 integrantes (efectivos e suplentes) 10 são mulheres (cinco efectivas e cinco suplentes).





MOSTEIROS

Lourenço Lopes, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo MpD

“Temos uma lista jovem e com equilíbrio de género, sintonizado com a Lei da Paridade”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A motivação é servir e cuidar da minha terra, Mosteiros. Continuo com a mesma amizade e amor para com a terra que me viu nascer e crescer. Esta candidatura é também motivada pela firme convicção nas potencialidades do concelho (naturais e humanos).

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

O meu primeiro compromisso é com a liberdade e criar um ambiente político e social menos tenso. A câmara deve ser um espaço aberto. Hoje, sou candidato do MpD, mas depois de 25 de Outubro, afirmar-me-ei como presidente de todos. Ninguém é livre se não

tiver acesso ao emprego e a rendimentos e a câmara deve criar o ambiente de negócio favorável à livre expressão da energia criadora das pessoas e das empresas.

A Diáspora será um parceiro de primeira linha. Aquilo que o concelho é hoje, é resultado da atenção e do investimento dos emigrantes, que podem afirmar-se como os principais turistas e investidores nos Mosteiros.

A Juventude é a força motriz da sociedade, temos que investir na formação para valores como trabalho, honestidade e serviço público e dotar os jovens de competências profissionais e línguas estrangeiras que facilitem a entrada no mercado de trabalho e a afirmação no mercado global.

As áreas do desporto e cultura merecerão uma atenção especial e investiremos nas infraestruturas desportivas como a conclusão do campo de futebol de Ribeira do Ilhéu e construção de mais 3 campos relvados em Fonte Curral, Canal e na zona Sul.

Promoveremos um turismo de natureza de alto valor acrescentado enquadrado no conceito da zona especial da economia ligado ao vulcão. Temos montanhas, zonas altas com microclimas e florestas, árvores de fruto, café e vinho.

Avançaremos com o porto de pescas, infra-estrutura central na estratégia global de desenvolvimento e com impacto decisivo no sector das pescas, agricultura, pecuária, turismo e no investimento emigrante.

3- Essas linhas são factíveis?

Estabeleceremos uma relação de complementaridade, de diálogo e de parceria estratégica com o Governo de Cabo Verde. Exerceremos a nossa diplomacia política e económica para atrair investidores nacionais e estrangeiros e sobretudo junto da nossa diáspora.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Temos uma lista jovem e com equilíbrio de género, sintonizado com a Lei da Paridade: 40% de mulheres para a câmara e 50% para assembleia. A atual candidatura do PAICV é continuidade e após 24 anos de poder

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Os eleitores mosteirenses tem agora uma oportunidade única para fazer história. Devem ir em massa às urnas e votar em consciência, sem condicionamento. As oportunidades não aparecem muitas vezes. Esta é a hora de mudança e de esperança aos Mosteiros.

Presidente da Assembleia Municipal



Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado, 60 anos, natural dos Mosteiros, médico e membro da Assembleia Municipal dos Mosteiros.

Homem mais jovem do MpD

Carlos Xavier Lopes – licenciado em Direito

“Enquanto agentes da mudança os jovens devem participar directamente neste processo”



1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

Eu tenho para mim que são dois os motivos que levam os jovens a se interessar pela política. Há entre a camada juvenil muitos que vêm na política um jeito mais fácil de se sobressair financeiramente e assim como há também entre os jovens, aqueles que se interessam pela política querendo unicamente servir o seu município e país.

2- Como está a participação dos

jovens na vida política nacional?

A participação dos jovens na política nacional é hoje uma realidade crescente, muito por culpa do MpD que soube acreditar na capacidade intelectual e organizacional dos jovens, soube dar-lhes oportunidades de se envolverem directamente na política nacional, não apenas através do direito de voto, que também é graças ao MpD, mas exercendo cargos de decisão, e o resultado disso tudo é uma maior preocupação e interesse dos jovens em questões de ordem política.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

O apelo que eu deixo aos jovens é para que participem directamente na escola dos seis representantes municipais, exercendo o direito de voto, sendo assim agentes da mudança que desejam para o município.

Mulher mais jovem do MpD

Ilda Alves Martins

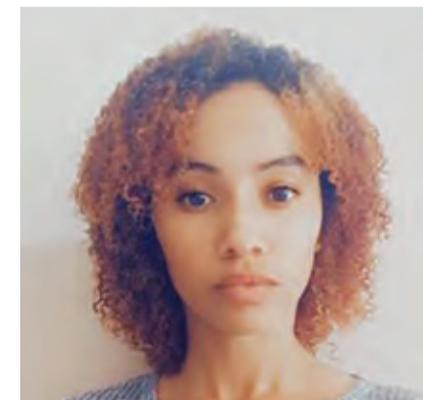
“Sempre tive paixão pela política”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

Sempre tive paixão pela política e, como fui convidada a participar em vários encontros da Comissão Política do MpD, aprendi coisas importantes sobre isso, particularmente sobre a ideologia e princípios do MpD e sobre a boa governação.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Integro esta lista do MpD porque apresenta uma boa equipa e, acima de tudo, uma plataforma eleitoral ambiciosa, realista e de acordo com as reais necessidades do município e com as grandes metas e objectivos do Governo central. O MpD é o único partido que pode desenravar Mosteiros. O PAICV sempre faz promessas ilusórias, engana as pessoas mais vulneráveis e tem uma péssima política direccionada à juventude. É um partido assistencialista que ajuda apenas as pessoas da mesma cor partidária e não tem competência para continuar a governar



Mosteiros. Está no poder há 24 anos e não tem visão, nem competência para governar Mosteiros.

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

As nossas listas para as Autárquicas de 25 de Outubro integram 50 por cento de mulheres. Isto é sinal claro de que o MpD valoriza muito as mulheres o que dá forças para continuarmos a lutar em prol do concelho

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - MpD



Lourenço Lopes



Lizabete Alves Martins



José Alberto Gonçalves Andrade



João Alves Vieira



Simonne Gomes Lopes

Lista dos suplentes: Celestino Correia Ramos, Cláudia Mendes Gomes, Carlos Xavier Lopes, Manuel Alves, Maria de Fátima Fontes Alves.

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - MpD



Francisco Amado



Maria Santa Lopes de Pina



Carlos Lopes



Maria do Rosário Afonso



José Carlos Monteiro de Pina



Christina Helen Rodrigues



Sandra Alves



Heleno Andrade



Maria Adelaide



Ângelo Pires



Jorge Alves Martins



Ilda Alves Martins



João Ailton Macedo

Lista dos suplentes: Alberto Lopes de Pina, Marcelina Cândida Rodrigues Rosa, José Adilcar Rodrigues Ramos, Jandira Gomes dos Santos, Neny Fernandes Pires, Elisangela Andrade, Augusto Santos Vieira, Alice Leopoldina Gonçalves Neto, Nelson Gonçalves Vieira Andrade, Alina Nunes Lopes e Maria Filipa Gonçalves Lopes.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Com relação ao grau de aplicação da Lei da Paridade a candidatura de Lourenço Lopes terá respeitado a sua

aplicação. As listas para a Câmara e Assembleia Municipais, compostas por 34 candidatos, do total de 36 possíveis, contam com cerca de 50% de mulheres.

Dos 10 elementos para a câmara (efectivos e suplentes) quatro são mulheres, sendo duas como efectivas e outras duas com suplentes, correspondendo a 40%, respeitando assim a Lei da Paridade. Para Assembleia dos 24 integrantes (efectivos e suplentes) 12 são mulheres (seis efectivas e seis suplentes) correspondendo a 50%.





MOSTEIROS

Por que se deve votar a 25 de Outubro?



Allbertina Lopes Gomes de Pina "Bety", residente na localidade de Murro, litoral norte dos Mosteiros

- Devemos participar, através do voto, na escolha dos representantes a nível do poder local e que estejam disponíveis para resolver as necessidades da população e criar melhores condições de vida, por isso é importante votar nas eleições autárquicas. Votar é também importante porque é uma forma dos cidadãos contribuir, com o seu voto, no processo de desenvolvimento do município e da própria ilha do Fogo, por isso vou, no dia 25 de Outubro exercer o meu direito e peço a todos os jovens e não só que façam o mesmo.

Luciano Silva - residente em Atalaia, zona norte dos Mosteiros

- É importante votar porque, primeiro é um exercício da democracia, depois é uma oportunidade que todos os eleitores têm para escolher os dirigentes locais de forma democrática. Espero que as eleições sejam transparentes, sérias e responsáveis por parte de todos os envolvidos no processo eleitoral autárquico. Com o voto contribuimos na tomada de decisão sobre o desenvolvimento do nosso município.



Porquê que um cidadão estrangeiro deve votar nas autárquicas?

Mariama Djaló, senegalesa e residente nos Mosteiros há três anos

Votar é de extrema importância porque é a forma das pessoas contribuírem para o desenvolvimento do município. Os estrangeiros que estão em condições legais para exercer o direito de voto devem fazê-lo, porque se o município está a desenvolver isto é bom para todos. Beneficia quer os nacionais como os estrangeiros que passam a ter melhores condições de vida à semelhança dos nacionais e garantindo o mesmo tratamento aos estrangeiros nos diversos domínios.



Sedhiou Niang - senegalês residente nos Mosteiros há quase duas décadas

- Estou a viver, há 18 anos, aqui nos Mosteiros e sem quaisquer problemas. Se estamos a residir num determinado município ou ilha durante muito tempo, acho que os estrangeiros devem também participar nas eleições e escolher os governantes locais. Somos bem tratados aqui, não temos medo de procurar os serviços camarários e de outras instituições quando precisamos de algo. Nunca votei, mas agora que tenho a residência e estou recenseado nas eleições deste ano vou participar porque o voto é independentemente do sítio onde nos encontramos, é algo cívico e de muita importância para contribuir para o desenvolvimento do local onde vivemos.



B.I. do Município

Terra do café e vinho e de grande potencial para a fruticultura

Situado a nordeste da ilha do Fogo, o município dos Mosteiros foi criado em 1991 através da lei nº 23/IV/91, de 30 de Dezembro. Está enclavado entre os municípios de Santa Catarina (Sul) e São Filipe (Norte), ocupando uma área de 85 Km², o equivalente a 17% da superfície da ilha e 2% do território nacional.

Mosteiros tem uma população residente a rondar os 10 mil habitantes, correspondente a menos de 2 por cento (%) da população de Cabo Verde (1.7%), e 26.4% da população da ilha. Segundo dados estatísticos de 2018, essa população está distribuída por cerca de 16 pequenas localidades sendo que, à semelhança do que acontece na ilha toda, regista uma tendência decrescente desde 1990.

A sua população é maioritariamente feminina, 52.2% contra 47.8% masculina, sendo a média de idade inferior a 30 anos (29.1



anos). A população com menos de 24 anos representa quase metade, ou seja, 49.1%, da população global do município.

Grande parte do seu solo é coberto de lavas vulcânicas, resultantes de sucessivas erupções. Com um clima tropical seco, vários microclimas e com um índice elevado de pluviosidade, sobretudo nas zonas altas, Mosteiros tem grande potencial para fruticultura, com ênfase para o café e vinha, os dois principais

produtos da economia das famílias.

Além do potencial no domínio da agricultura, Mosteiros possui grandes potencialidades nas áreas do turismo rural, como por exemplo o vulcão da ilha, com cerca de 2.829 metros de altitude, que constitui um património dos três municípios. O perímetro florestal de Monte Velha está no seu território e é considerado o maior de Cabo Verde, com eucalipto e diversos tipos de acácia.

Com a construção da estrada Chã das Caldeiras/Piorno/Campanas de Cima, uma parte importante do território municipal dos Mosteiros beneficiou desta infraestrutura viária que permite maior dinâmica no desenvolvimento turístico.

Nos últimos anos, Mosteiros atingiu alguns indicadores importantes a nível da taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água, electricidade e de instalações sanitárias, mas,

apesar das suas potencialidades, afigurar-se na lista dos municípios mais pobres de Cabo Verde.

Os dados históricos relativos à sua administração apontam que, em 1917, através do decreto nº 3 108-B de 25 de Junho, que aprovou a Carta da Província de Cabo Verde, Mosteiros foi elevado à categoria de Concelho Irregular, tendo a ilha do Fogo, na altura, dois concelhos: o Concelho Regular do Fogo e o Concelho Irregular dos Mosteiros que pertencia à mesma categoria de Tarrafal, Santa Catarina, Maio, Sal, Paul e Carvoeiros.

Apesar das suas potencialidades, não durou muito tempo como concelho, tendo sido extinto em 1923. Doze anos depois, em 1935, criou-se o Posto dos Mosteiros, abrangendo toda a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, e a partir de 1943, passou a incluir também a freguesia de Santa Catarina, hoje município com o mesmo nome.



Breve retrospectiva das autárquicas

Alternância e equilíbrio entre as forças concorrentes

Em Santa Catarina, regista-se uma alternância e algum equilíbrio, em termos de resultados eleitorais, entre as duas tradicionais forças políticas. Da sua criação em 2005 até 2016 foi governado pelo PAICV que venceu as eleições de 2008 e 2012, e, desde 2016 pelo MpD.

No primeiro pleito eleitoral autárquico, em 2008, depois de três anos da criação do município de Santa Catarina, o MpD não concorreu directamente, tendo apoiado a candidatura independente, de um natural de Santa Catarina e emigrante nos Estados Unidos da América, que perdeu pela candidatura do PAICV, na ocasião liderada por João Aqueleu Barbosa Amado, que era presidente da Comissão Instaladora.

Já em 2012, a disputa da cadeira de presidência da câmara colocou frente a frente os candidatos Alberto Nunes (MpD) e João Aqueleu Barbosa Amado (PAICV), com algum equilíbrio, mas com a vitória do PAICV.

Já nas eleições de 2016 o PAICV apostou no jornalista Waldemar Pires para continuar a governar o município, enquanto o MpD voltou a apostar no professor de história Alberto Nunes, que acabou por sair vencedor por menos de duas centenas de votos de diferença, numa eleição em que, desta vez.

Nas últimas eleições autárquicas de 04 de Setembro de 2016, as sétimas realizadas em Cabo Verde, no município de Santa Catarina do Fogo concorreram dois candidatos das forças tradicionais, tendo o MpD com Alberto Nunes alcançado 1356 votos, que representou 53,05% dos votos e o PAICV com Waldemar Pires, alcançado 1167 votos que corresponde a 45,66% votos.

Para as eleições de 25 de Outubro, Santa Catarina do Fogo conta com 4.019 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, mais 584 do que em 2016, altura em que estavam inscritos um total de 3.435 eleitos dos quais 2.556 tinham exercido o seu direito de voto.

Apresentação das candidaturas

A recandidatura de Alberto Nunes e o regresso de Eugénio Veiga

O actual presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, Alberto Nunes (MpD), vai defender a sua reeleição frente a um veterano do poder local, Eugénio Veiga, resgatado pelo PAICV para resgatar o município depois de o ter perdido em 2016.

Em Santa Catarina, o mais novo município da ilha do Fogo, com apenas 15 anos de existência, vão ter lugar as terceiras eleições desde a sua criação em 2005. As eleições de 2008 e 2012 foram ganhas pelo PAICV e, em 2016, Alberto Nunes saiu vencedor pelo MpD.

Nas eleições de 25 de Outubro estão inscritos 4.019 eleitores, mais 584 que em 2016, altura em que o município contava com de 3.435 eleitores, que vão escolher

entre a continuidade com a reeleição do professor de história, Alberto Nunes, e o “veterano” do poder local, o economista Eugénio Veiga.

De 1992 a 2012, Veiga exerceu a função de presidente da câmara, primeiro de toda a ilha do Fogo e, a partir de 1996, da Câmara Municipal de São Filipe que incluía o actual município de Santa Catarina. Depois de 2005 em frente, foi presidente apenas do actual município de São Filipe.

Não obstante as suas enormes potencialidades nos domínios do turismo, agricultura e pecuária, com destaque para o imponente vulcão, os célebres vinhos Chã e manecon e o famoso queijo de cabra, Santa Catarina já passou, desde a sua criação, pelas mãos do PAICV, entre 2005

e 2016, sendo que de 2005 a 2008, através da Comissão Instaladora do Município. Os tambarinas venceram as eleições autárquicas de 2008 e 2012.

Desde as últimas eleições em 2016, o município passou a ser governado pelo MpD que ganhou com Alberto Nunes, por escassos números de votos, menos de uma dezena. Na altura exploraram a fragilidade da governação local, com destaque para a questão da erupção vulcânica e destronaram o PAICV, interrompendo um percurso de 11 anos de reinado.

O MpD vai para as eleições de 25 de Outubro com a mesma equipa, respeitando o slogan usado nos meios desportivos de que “na equipa vencedora não se mexe” para continuar a governar o muni-

cípio. O PAICV, esse, apostou na personalidade de Eugénio Veiga para reconquistar Santa Catarina.

A localidade de Chã das Caldeiras, que foi determinante para a eleição de Alberto Nunes em 2016 poderá voltar a ser determinante para a viragem na governação, já que Alberto Nunes, para a maioria da população de Chã das Caldeiras, governou de costas voltadas para a localidade não cumprindo as promessas feitas durante o período eleitoral.

O certo é que após 25 de Outubro ou Santa Catarina continuará nas mãos e sob orientação do MpD ou voltará para o PAICV, sendo que os 4.019 eleitores vão escolher entre a continuidade de Alberto Nunes ou a renovação com Eugénio Veiga, para mais quatro anos.

SANTA CATARINA - FOGO

Alberto Nunes, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo MpD

“Somos a única equipa capaz de fazer Santa Catarina seguir em frente”

Presidente Assembleia Municipal



Luís Alves - Deputado do Movimento para Democracia (MpD), eleito pelo círculo do Fogo e presidente cessante da Assembleia Municipal de Santa Catarina do Fogo.



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A nossa candidatura a um segundo mandato é motivada pela confiança que os Santacatarinenses depositaram em nós durante estes quatro anos, de que somos a única equipa capaz de fazer Santa Catarina seguir em frente. A motivação prende-se ainda com a continuação da mudança de paradigma na gestão da coisa pública e acelerar o ritmo de crescimento e desenvolvimento do município.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

Hoje, estamos mais e melhor preparados do que em 2016, para apresentar uma Plataforma Eleitoral que melhor servirá aos mu-

nícipes. Para este mandato iremos reforçar os projectos e os investimentos em curso nos sectores chaves do desenvolvimento – agricultura, pecuária e pesca; dar uma atenção redobrada à requalificação e expansão da orla marítima, desde Fora Pó a Bombardeiro; apostar fortemente no turismo através de novas ofertas e oportunidades para o sector.

A requalificação urbana, acessibilidade e habitação continuarão a ser a nossa ambição, o desporto e a cultura merecerão também uma atenção especial. Em parceria com o Governo vamos dar prioridade às questões de saúde pública e saneamento, diminuir o desemprego, criação de rendimento e melhoria de qualidade de vida das famílias.

3- Essas linhas são factíveis?

São realizáveis, porque conhecemos mais e melhor o município e os munícipes. Estamos cientes das suas ambições e temos motivação e capacidade para dar respostas assertivas e necessárias. Temos em curso vários projetos, muitos deles já numa fase bastante avançada, como a requalificação e acessibilidade às orlas marítimas de Casinha, construção de infraestruturas turísticas, requalificação da zona piscatória de Alcatraz, da Cidade de Cova Figueira e de todas

as escolas básicas e secundárias para além de outros novos projectos que vão surgindo.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

A nossa lista deverá ser a vencedora, pelas seguintes razões:

- a) É a única que serve Santa Catarina e sua população;
- b) Tem maior representatividade da nossa população jovem;
- c) Tem o melhor resultado em apenas quatro anos, comparativamente com as outras de 1991 a 2005 e de 2005 a 2016;
- d) Tem obras em todas as localidades;
- e) Tem as melhores propostas para que Santa Catarina possa continuar a seguir em frente.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Os eleitores de Santa Catarina do Fogo, no dia 25 de Outubro, terão uma grande responsabilidade nas suas decisões. São capazes de avaliar positivamente o trabalho realizado e a maioria irá às urnas com o único propósito de reconhecer e contribuir com o seu voto de confiança, para que, juntos, possamos construir um município mais desenvolvido, competitivo e atraente.

Homem mais jovem do MPD

Michael Andrade

“O ser humano sem palavra é como um livro sem páginas”



1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

É que todos nós devemos estar sempre atentos e preocupados com o desenvolvimento e bem-estar do nosso município, da nossa ilha e de Cabo Verde.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

A participação dos jovens na vida política nacional está muito fraca,

os jovens estão sem ambição e interesse pela política.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Apelo aos jovens para participem nas eleições do dia 25 de Outubro, votando. Exercem o vosso direito livremente. O ser humano sem palavra é como um livro sem páginas, não serve para nada. O desenvolvimento deste município, ilha e país, também depende de si, caro jovem.

Mulher mais jovem do MpD

Dina Silva

“Sempre interessei-me pela política porque amo debater assuntos políticos”

1 - O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

Sempre interessei-me pela política porque amo debater/discutir assuntos políticos. Sinto-me bem tratando e resolvendo os problemas sociais e a política é uma área preferida.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Eu integrei esta lista porque é formada por um grupo que trabalhou para Santa Catarina e as pessoas que a integram merecem continuar a trabalhar ainda mais para o desenvolvimento do município.

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

Eu avalio a participação de mulheres na vida política em Santa Catarina



de forma positiva, porque existem mulheres capazes e que exercem funções. As mulheres de Santa Catarina são activas na política.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - MpD



Alberto Nunes



Adileuza de Andrade Montrond



Carlos Rosa Rodrigues



Maria Brandão Fonseca



Madueno Rodrigues Andrade

Lista dos suplentes: Iloisa Alves Pina, Janito Pina Barbosa, Kelly Gomes de Oliveira e Gil Veiga Gonçalves.

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - MpD



Luis Alves



Raquel Fernandes Veiga



Francisco Gomes Alves



Michel Miranda Andrade



Fátima Andrade Pires



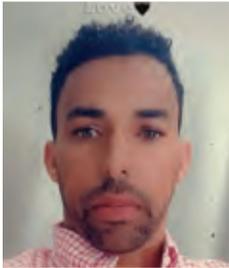
Abigail Andrade Gonçalves



José António Andrade Martins



Jacinta Rodrigues Miranda



Valdmir Alves de Pina



Virgílio Pires de Pina



Cláudia Lopes de Pina



Carla Freitas Abreu



Adilson Gonçalves da Veiga

Lista dos suplentes: António Santos Cruz, Dina dos Santos da Silva, Renato Socorro Oliveira, Guilherme Gomes Miranda, Stefanie Lopes Mirada, Euclides Gonçalves Barros, Michel Andrade Ribeiro, Selena de Oliveira Gomes, Domingos da Silva Gomes, Belmira Gonçalves Rosa e Nely Andrade Nunes.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Quando à observância da Lei da Paridade, a candidatura do MpD (Alberto Nunes e Luís Alves) em Santa Catarina respeitou a lei e na composição das suas listas da câmara e assembleia observou os parâmetros definidos. Dos 10 elementos da lista para a câmara, quatro são mulheres (40%) e para assembleia dos 24 integrantes (efectivos e suplentes) 10 são mulheres (43%).



SANTA CATARINA - FOGO

Eugénio Veiga, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PAICV

“A cidade de Cova Figueira terá outro visual e o mundo rural uma outra perspectiva”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

Tendo sido um dos impulsionadores da elevação de Santa Catarina à categoria de município, a equipa da qual faço parte, com visão moderna, desenvolvimentista e com a população no centro da sua atenção, aceita como desafio estratégico falar a verdade com os santa-catarinenses e trabalhar para a melhoria das condições de vida dos homens e mulheres deste território municipal.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

Nos próximos quatro anos, Santa Catarina estará no centro das atenções através de linhas orientadoras que sempre têm o ser humano como destinatário de todas as intervenções públicas que consistem nos seguin-

tes aspectos:

Reforço da sua autonomia face aos demais municípios da ilha, criando condições para que nele se instalem determinados serviços públicos, suavizando a vida das pessoas; Garantia de boa integração física de todo o território municipal com a construção do acesso de Cova Matinho a Alcatraz e derivação para Fonte Cabrito e Domingos Lobo; Interligação de localidades com potenciais em termos de agricultura e pecuária; Redução das inseguranças nos domínios da habitação, redes viárias, alimentar; Transformação da cidade de Cova Figueira numa urbe moderna, atractiva, com infraestruturas culturais e desportivas a condizer; Tratamento integrado da especificidade de Chã das Caldeiras, considerando igualmente o caso das famílias residentes fora do território, infelizmente sem amparo do poder público nos últimos anos;

Promoção de iniciativas que incentivem privados a olharem para a valorização das potencialidades existentes;

a) Sector turístico em Chã das Caldeiras e na orla marítima, uma das mais diversificadas da ilha - entre Bombardeiro e Alcatraz;

b) Produção semi-industrial de inertes para a construção civil;

c) Transformação de jorra em fertilizante

orgânico;

d) Massificação de fruteiras, transformação e conservação de frutas;

A essência da plataforma visa criar uma base económica consolidada e fazer com que Santa Catarina passe a ter um peso crescente na criação da riqueza nacional e suas gentes passem a viver com dignidade desejada.

3- Essas linhas são factíveis?

São factíveis e um imperativo estratégico. Há potencialidades naturais, boa vontade política e uma experiência associada à energia da juventude para a utilização dos recursos, maximização dos resultados e atracção de investimentos privados.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Porque ganhando, ganha Santa Catarina, homens e mulheres, jovens e crianças. A cidade de Cova Figueira terá outro visual e o mundo rural uma outra perspectiva.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Santa Catarina terá recebido algum recurso financeiro e praticamente nada palpável, a olho nu, se vê, porque quase nada se fez. Para uma nova Santa Catarina, desenvolvida, garantindo melhor qualidade de vida às suas gentes, o voto de cada um é igualmente válido para mudança necessária.

Presidente da Assembleia Municipal



Irilândia de Andrade – Licenciada em Ciências de Educação vertente Gestão e Planeamento de Educação e Professora do Ensino Básico Obrigatório em Cova Figueira.

Homem mais jovem do PAICV

Aguinaldo Fernandes

“A razão da abstenção é grave porque a maioria da população está descontente”



1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

Uma das várias razões que levam os jovens a participarem na política é o facto de muitos de nós termos a consciência de que somos o futuro e temos muito a dar ao país. Poderiam estar mais jovens na política, mas outros têm medo de dar a cara porque há muita discriminação se o teu partido não vencer as eleições. Este é um problema que tem de acabar.

2- Como está a participação dos

jovens na vida política nacional?

Na minha perspectiva acho que há uma boa participação dos jovens na política nacional, dando a sua contribuição para resolução dos seus problemas e que os afectam no dia-a-dia

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

A razão da abstenção é grave porque a maioria da população está descontente. Apelo a todos os jovens a irem às urnas no dia 25 de Outubro para exercerem o seu direito, votando de acordo com a sua consciência e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento do município de Santa Catarina do Fogo.

Mulher mais jovem do PAICV

Ashley Silva

“Participar na vida política é um dever e direito de cidadania”

1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

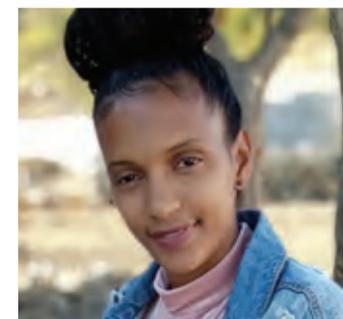
Deve-se ter em conta que esse interesse depende bastante das motivações individuais, da natureza das organizações e das mutuações sofridas por elas durante os anos.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

Integro esta lista por considerá-la a melhor para desenvolver o meu município. Ademais, considero que a participação na política é um requisito de extrema importância para as sociedades democráticas contemporâneas e, também, é um dever e direito de cidadania.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

A participação da mulher já não é tão



rara e a Lei da Paridade vai contribuir para que aumente. Há manifestações baseadas nas crenças de que as mulheres não participam na política, mas hoje esta participação a nível do meu município tem aumentado, e é prova de que as mulheres também podem estar, e bem, na política. Apelo aos jovens para participarem nas eleições do dia 25 de Outubro, votando. Exerçam o seu direito livremente. O ser humano sem palavra é como um livro sem páginas, não serve para nada. O desenvolvimento deste município, ilha e país, também depende de si, caro jovem.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - PAICV



Eugénio Veiga



Andreia Montrond Fernandes



Ladson Pires Andrade



Clara Gomes de Andrade



Danielson Andrade de Barros

Lista dos suplentes: Tatiana Monteiro Vieira, Vitorino Miranda Barros, Simone Andrade Fernandes, Socorro Fonseca Alves e Aguinaldo Andrade Brandão

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - PAICV



Irilandia de Andrade



João Francisco Monteiro



Pedro Danilo Fontes



Iza Oliveira Centeio



Homero da Silva Gomes



Amarildes Gonçalves de Andrade



António Andrade Nunes



Dinício Gomes Alves



Simone de Andrade



Paulo António Monteiro



Tatiana Indira Pires Andrade



Socorro Gomes da Silva



Patrício Manuel Alves

Lista dos suplentes: Neusa Cabral Andrade, Jesuíno Andrade, Kety Nunes Barbosa, Ashely Gonçalves da Silva, João José da Fonseca, Maria Socorro Centeio Oliveira, Silas Gomes Fernandes, Sónia Alves Fonseca, Paulino Fernandes Afonso, Domingos Fernandes Nunes, Silvia Fernandes Andrade, Vendaly Lopes Montrond e Ildo Oliveira Nunes.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Com relação ao cumprimento da Lei da Paridade, a candidatura de Eugénio Veiga (PAICV) refere ter respeitado a lei na composição das listas câmara e assembleia municipais: dos 10 elementos para a câmara (efectivos e suplentes) quatro são mulheres (40%) e para a Assembleia dos 26 integrantes (efectivos e suplentes) 11 são mulheres, 42%.



SANTA CATARINA - FOGO

Por que se deve votar a 25 de Outubro?



Eliandra Fontes, licenciada em enfermagem, natural de Santa Catarina do Fogo, Chã das Caldeiras
 Todos os cidadãos devem ser conscientes e exercerem o seu dever cívico. Votar é importante porque permite contribuir para o desenvolvimento do meu município e, por isso, apelo a todos os jovens, aqueles que estão recenseados, para no dia 25 de Outubro exercerem o seu direito de voto. É também uma forma de contribuir para melhorar a situação dos jovens num município que ainda precisa de muitas coisas.



Manuel Monteiro Andrade “Modinho”
 residente na cidade de Cova Figueira

É importante votar para que os governantes locais possam fazer um trabalho digno e que interesse a todos. Através do voto o cidadão contribui para o desenvolvimento da sua comunidade e do município. Não é obrigatório votar, mas todos os cidadãos devem exercer este dever cívico para dar o contributo no desenvolvimento do município, escolhendo o candidato que dá mais garantia neste processo. Um cidadão consciente deve votar nas eleições autárquicas e nos demais actos eleitorais no país.

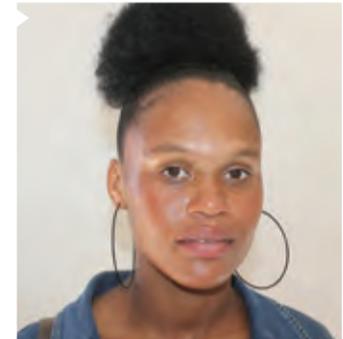
Santos Monteiro - Estância Roque

Votar é de extrema importância porque constitui uma forma de contribuir para que, aqueles em quem confiamos, possam pôr em prática o seu projecto de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população de Santa Catarina e da ilha do Fogo. Assim, em vez de ficarem a reclamar por não terem beneficiado de algo material e pessoal, todos os cidadãos conscientes devem contribuir, votando nas eleições de 25 de Outubro.



Arlinda Andrade – Estância Roque

O voto dos cidadãos é importante e uma forma de dar oportunidade a aqueles que querem contribuir para o bem-estar e melhoria das condições de vida das pessoas de Santa Catarina do Fogo. É através do voto que nós os cidadãos podemos fazer a escolha daqueles projectos que podem melhorar a nossa situação, particularmente, através da criação, por exemplo, de mais emprego, sobretudo para os jovens.



B.I. do Município

Vulcão é o “ex-libris” do município

Situado a Norte dos Mosteiros e a Oeste de São Filipe, o município de Santa Catarina do Fogo foi criado há 15 anos, sendo o mais novo concelho da ilha. Ocupa uma área de 154 Km², 33,7% da área da ilha, conta com uma população residente de aproximadamente 6.000 habitantes, correspondente a 14.9% da população da ilha do Fogo e cerca de um por cento da população de Cabo Verde.

A capital do município, a cidade de Cova Figueira, foi fundada em 1799 na sequência de uma erupção vulcânica que atingiu a localidade de Relva (Mosteiros). O vulcão, o ponto mais alto de Cabo Verde, com os seus 2829 metros é o único vulcão activo do país. A última

erupção ocorreu a 23 de Novembro de 2014.

Além do vulcão e da paisagem lunar de Chã das Caldeiras com fauna e flora endémicas, o município dispõe de belas paisagens no litoral. No entanto, apesar dessa riqueza, Santa Catarina integra a lista dos municípios mais pobres do país.

As actividades económicas, além do turismo centrado em Chã das Caldeiras, giram à volta da agricultura de sequeiro e, muito recentemente, na agricultura irrigada, a pesca tradicional, criação de gado, que foi muito afectado pelos três anos de seca, o comércio, a construção civil.

A agricultura de sequeiro coloca uma percentagem rela-

tivamente elevada da sua população em situação de permanente vulnerabilidade. Por isso não é de estranhar que a pobreza constitua ainda um fenómeno preocupante, pois é o município mais pobre da ilha do Fogo e o segundo mais pobre do país.

Além do imponente vulcão, Santa Catarina possui outras potencialidades. Nomeadamente, no domínio de vitivinicultura em Chã das Caldeiras e outras culturas mediterrâneas, em regime de sequeiro, e a sua transformação no conhecido vinho de marca Chã e o próprio vinho tradicional, o manecom, muito apreciado não só pelos nacionais como pelos turistas.

O desenvolvimento integrado



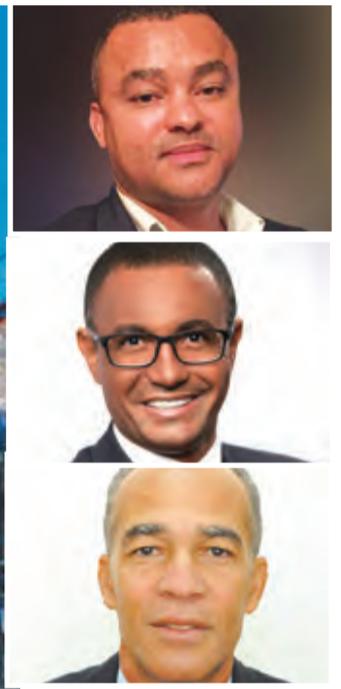
do município passa, sem dúvida, pela valorização da agricultura, na sua vertente fruticultura, do potencial turístico, mas também o turismo científico, ecoturismo e turismo de montanha, fora a conexão entre a parte alta de Chã das Caldeiras e Borda com o litoral que se estende desde a praia de Fajã e Alca-

traz até a zona de Tinteira.

Mais de metade do território do Parque Natural do Fogo, a maior área protegida de Cabo Verde, pertence a Santa Catarina. Com a possível declaração da ilha do Fogo como reserva de biosfera, o município, assim como toda a ilha poderá dar um salto qualitativo.

A Nação Autárquicas'20

Parte integrante do jornal A NAÇÃO n.º 683 de 01 de Outubro de 2020 - Não pode ser vendido separadamente



Apresentação das candidaturas

São Filipe outra vez com três candidatos em disputa

Três pretendentes estão na corrida para a cadeira da presidência da câmara do município de São Filipe, o mais importante do Fogo e porta de entrada e saída da ilha. Assim, esta é a quarta eleição autárquica consecutiva que o município conta com a participação de mais de duas candidaturas, neste caso três.

Para estas eleições, além das duas forças políticas tradicionais, o MpD, o PAICV e da UCID, também chegou-se a falar na candidatura independente “Movimento para Cida-

dania”, liderada por Pedro Ribeiro que acabou por concorrer com a chapa da UCID. Aliás, inicialmente, previa-se um total de cinco candidaturas, mas os principais cabecilhas do movimento “labantá Djarfogo”, que prometia uma candidatura independente, foram “engolidos” pela candidatura do MpD.

O MpD vai apostar na recandidatura de Jorge Nogueira, que destronou o PAICV em 2016 após as derrotas sofridas em 2000, 2004 e 2008. Nogueira já conseguiu evitar

a divisão interna no seio do MpD com a integração de elementos do movimento Labanta Djarfogo na sua lista, mas, mesmo assim, muitos consideram que, para renovar o seu mandato e continuar a gerir o município, a sua candidatura terá de trabalhar bastante para conseguir o objectivo devido aos quatro anos de desgaste de governação num período em que a ilha foi assolada por três anos consecutivos de seca além da pandemia do novo coronavírus.

Por sua vez, o PAICV que

nos últimos quatro anos mal conseguiu digerir a derrota de 2016, aposta no deputado nacional Nuias Silva, para resgatar o município tido como simbólico para os tambarinas que ali exerceram o poder durante 24 anos. Contrariamente 2016, o PAICV não dá mostras de estar dividido nestas eleições e acredita que está em condições de reconquistar o poder quatro anos depois de o ter perdido.

A UCID vai apostar em Pedro Ribeiro, Inspector Tributário e natural da ilha do Fogo, para conquistar a presidência da câ-

mara de São Filipe

Jorge Nogueira, actual edil e vereador eleito em 2008 e Nuias Silva, presidente da Assembleia Municipal entre 2008/12 já exerceram funções autárquicas em São Filipe, enquanto que Pedro Ribeiro nunca esteve em qualquer função autárquica.

As candidaturas independentes nunca ganharam as eleições em São Filipe, município tido como demasiado partidário e politizado, ou não fosse considerado durante muitos anos como o bastião dos tambarinas.

Breve retrospectiva das autárquicas

Bastião do PAICV conquistado pelo MpD em 2016

Desde as eleições autárquicas de 2008 que a vereação camarária funciona de forma dividida e com representação de três forças políticas, com as suas vantagens e desvantagens, embora, a partir de 2016, essa situação não teve grande relevância. Isto porque o MpD conseguiu a maioria absoluta na Assembleia Municipal, o que lhe permitiu aprovar e fazer passar todas as suas propostas e instrumentos de gestão.

São Filipe já passou pelas mãos dos autarcas do PAICV, Eugénio Veiga, de 1992 a 2008 com uma equipa homogénea e de 2008 a 2012 equipa tripartida, e Luís Pires de 2012 a 2016 de forma tripartida e sem maioria

na Assembleia Municipal, e pelo autarca do MpD, Jorge Nogueira, desde 2016 com uma equipa tripartida na Câmara Municipal e maioria absoluta na Assembleia Municipal.

Até 2008, a autarquia era disputada por duas candidaturas, do PAICV e do MpD que em algumas eleições apoiou grupos independentes em vez de apresentar candidatura própria. Em 2008 registou-se, pela primeira vez, a participação de três candidaturas, cenário que se repete desde então e sem que nenhuma delas conseguisse a maioria absoluta na câmara para eleger todos os sete vereadores.

São Filipe é o maior e o mais importan-

te município do Fogo, tanto pela extensão territorial como pelo número de população. É a capital da ilha e a sua principal porta de entrada e saída, sendo, por isso, a mais cobijada pelas candidaturas, nomeadamente, MpD e PAICV.

Nas autárquicas de 2016, dos 14.307 eleitores inscritos, votaram 8.970, correspondente a 62.6 por cento (%) e abstiveram um total de 5.328 eleitores, pouco mais de 37.3%.

Dos votos validamente expressos, o MpD obteve um total de 4.381 votos (48.84%), o PAICV 2.563 votos (28.57%) e o Grupo Por Amor Incondicional a São Filipe (GPAIS) 1.882 votos (20.98%), para a Câmara Muni-

pal, enquanto para Assembleia Municipal, o MpD obteve um total de 4.368 votos (49.5%), o PAICV 2.522 votos (28.63%) e GPAIS 1.916 (21.75%).

Para as eleições de 25 de Outubro São Filipe volta a ter três candidaturas, sendo uma do PAICV, liderada por Nuias Silva e Luís Nunes, outra do MpD, encabeçada por Jorge Nogueira e Adolfo José Rodrigues, e da UCID, liderada por Pedro Ribeiro e Felizardo Fernandes Afonso.

Para estas eleições estão inscritos 15.650 eleitores, representando um aumento de mais de 1.322 eleitores que nas autárquicas de 2016.

Neste município estão em disputa sete mandatos para a Câmara Municipal e 17 mandatos para a Assembleia Municipal

SÃO FILIPE

Pedro Pires Ribeiro Dos Santos, candidato a Presidente da Câmara Municipal pela UCID

“São Filipe está em pré-colapso financeiro fruto do despesismo” descontrolado e gestão ruinosa



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

Não é ambição, mas sim desafio. É uma luta em prol das pessoas, daqueles que mais precisam, que clamam por justiça, bem-estar, dignidade, daqueles que também têm direito à felicidade. Esta é a matriz e a razão da existência desta candidatura: “São Filipe é especial, São Filipe para todos, porque tudo começa nas pessoas”.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

As nossas propostas foram construídas através de várias reuniões com associações, colectividades e outras forças vivas do concelho. Propomos a construção de uma nova agenda autárquica em que todos os munícipes, sem exclusões, possam usufruir dos mesmos direitos.

A nível social: acudir aos mais necessitados, às famílias que passam fome, às famílias que vivem em casas degradadas, que não têm casa, ou que manifestam grandes dificuldades em pagar a renda, reforçar apoios sociais, investir na habitação social, requalificar bairros. Assegurar a todas as crianças e jovens o pequeno almoço grátis nas escolas, construir de vez o terminal rodoviário, devidamente articulado com o transporte existente e inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

A nível da democracia participativa/ transparência: dinamizar o conselho local de Educação, criação do Provedor do Município, maior rigor na gestão autárquica e máximo de transparência na atribuição de apoios a associações e a outras entidades, concluir a imediata dissolução do Gabinete de Desenvolvimento Regional (DGR) e transformá-lo numa agência de desenvolvimento local.

A nível da juventude/educação/cultura/desporto: apoiar as propostas da Agenda 2030 no que respeita ao associativismo, emprego, formação e qualificação,

educação e inovação; apoiar as associações desportivas/culturais/recreativas sem discriminações; valorizar o património histórico e apoiar a cultura.

A nível da justiça fiscal/promoção do emprego/ desenvolvimento económico: exigir do Governo que se construa de facto um aeroporto internacional, a descentralização de competências do Estado para as autarquias...

3- Essas linhas são factíveis?

Sim, esta candidatura irá contar com o trabalho e a dedicação de muitas mulheres e de muitos homens comprometidos com o crescimento e desenvolvimento de São Filipe. Será uma equipa que juntará forças por uma nova política autárquica, alternativa para o concelho.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Porque representa uma nova agenda autárquica em que todas e todos possam desfrutar, em toda a sua plenitude, do direito à cidade, que se quer sustentável. Esta será a candidatura da esperança de um melhor futuro para todos.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Votar é um direito e dever de todos. Não basta votar, votem com responsabilidade, optando pela melhor opção.

Presidente Assembleia Municipal



Felizardo Fernandes Afonso, licenciado em Direito e natural da ilha de Santiago.

Homem mais jovem do UCID

Gerson Moeda

“A participação dos jovens na vida política nacional está aquém do desejado”



1 - O que leva um jovem a interessar-se pela política?

O interesse dos jovens pela política está relacionado com a necessidade de imprimir as mudanças ao desenvolvimento do nosso município, da Ilha do Fogo e Cabo Verde de uma forma geral.

2- Como está a participação dos

jovens na vida política nacional?

Na minha perspectiva, a participação dos jovens na vida política nacional está aquém do desejado, isto é, há pouca participação. Esta situação deve-se ao facto de não se sentirem motivados e, também, porque, muitas vezes, não damos a devida atenção a muitas coisas.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

O meu apelo aos jovens é para irem às urnas exercer este importante dever cívico. Ao votarmos estamos a contribuir para que os candidatos da nossa confiança possam vencer e imprimir as mudanças que, no nosso caso, são necessárias para que São Filipe desenvolva cada vez mais.

Mulher mais jovem do UCID

Gilmara Pina Fernandes

“Acredito que nós as mulheres podemos fazer o melhor possível pelo nosso município”



1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

As mulheres também têm uma visão diferente para o seu país e/ou município. Ao contrário do que muitos pensam, elas interessam-se pela política e querem fazer algo diferente para ajudar as pessoas e fazer crescer o seu município.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Porque sempre devemos dar uma oportunidade àqueles que ainda não governaram o nosso município e que, entretanto, têm liderança e capacidade para o fazer. Foi por isso que estou a dar esta oportunidade a esta candidatura que promete fazer diferente e melhor.

3- Como avalia a participação

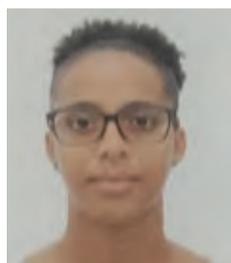
das mulheres na vida política do seu Município?

A participação da mulher na vida política no meu município já é visível, pois acredito que nós as mulheres podemos fazer o melhor possível para o nosso município. A Lei da Paridade também vai dar um impulso à participação das mulheres, tanto na política como noutros domínios.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - UCID



Pedro Pires Ribeiro Dos Santos



Patrícia Cardoso de Barros



João Mendes Gonçalves



Justimiano Cardoso de Pina



Dilsa Ariana Rodrigues Lopes



Nilton José Gomes Barbosa



Eliane Pinto Moreira Vieira

Lista de suplentes: Leandro Andrade Ribeiro, Gerson Rodrigues da Moeda, Albino Mendes Cabral Avelino e Ildo Tavares Lopes de Pina.

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - UCID



Felizardo Fernandes Afonso



Viviana Monteiro Teixeira



Abílio Andrade Alves



Anacleto Barbosa



Tatiana de Barros Mendes



Valdir Barbosa Vicente



Geraldino Mendes Gonçalves



Dina Paula Mendes Lopes



Marino Alves Rodrigues



Heldir Fernandes Macedo



Lourença da Rosa Dias



Silvino Cardoso Amado



António Alberto Lopes Cruz



Sidneia Edmira Barris Gomes



Valdir Teixeira Fernandes



João Tatiano Lopes Montrond



Gilmar Pina Fernandes

Lista de suplentes: Orlando Henrique Barros de Pina, Leonel Gonçalves Amado e Rosilda Xavier Cardoso.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Nota-se que a candidatura da UCID cumpriu esta

lei no que respeito à lista para a Câmara Municipal, sendo que dos sete elementos efectivos, três são mulheres o que corresponde a 43%, mas em relação aos elementos suplentes, quatro deles são todos homens, ficando assim abaixo do indicado. A nível da lista para a Assembleia Municipal, de um total de 20 elementos (17 efectivos e três suplentes), apenas sete são mulheres, correspondendo a 35% de mulheres contra 65% de homens.





SÃO FILIPE

Nuias Silva, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PAICV

“A nossa grande ambição e missão é transformar São Filipe num importante polo de desenvolvimento de Cabo Verde”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A motivação é ver São Filipe desenvolvido, produtivo e com oportunidades para todos. Temos um projecto e um pensamento grande e ambicioso para São Filipe e para Ilha.

A segunda motivação é ampliar a democracia local, muito negligenciada recentemente, e activar a cidadania local, tornando o sanfilipense mais participativo e interventivo nas questões públicas.

A terceira é fazer com que o concelho integre e seja dinamizador, de facto, do desenvolvimento de toda a Ilha e da região, pela via da cooperação intermunicipal.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

A Plataforma Eleitoral tem sete eixos

para desenvolver São Filipe e Djarfogo:

- 1- Agricultura, Pecuária e Pescas;
- 2- Competitividade, Investimentos e Emprego;
- 3- Modernidade, Rigor e Transparência;
- 4- Turismo, Cultura e Valorização Património Histórico;
- 5- Juventude, Educação e Desporto;
- 6- Ação Social, Saúde e Ambiente; e
- 7- Diáspora.

Através destes eixos estratégicos desenvolvemos um programa ambicioso de governação e iniciativas no que compete ao turismo, agroindústria, pesca e pecuária, região vinícola demarcada, conhecimento, universidade regional e educação, conversão digital, desporto, cultura e património, passando ainda por projectos na consolidação da democracia local, na promoção das energias limpas, como factor do progresso sustentável, na infraestruturização municipal e na integração dos emigrantes como investidor em São Filipe.

A nossa grande ambição e missão é transformar São Filipe num importante pólo de desenvolvimento de Cabo Verde.

3- Essas linhas são factíveis?

Não perdemos o sentido da realidade e da exequibilidade dos projectos. Os desafios são exigentes e demandam competências. O de-

envolvimento exige mobilização colectiva, envolvimento dos quadros da ilha, motivação dos envolvidos e visão das lideranças. Não seremos autarcas de gabinete, mas parte da máquina colectiva que fará São Filipe funcionar.

Um dos desígnios é fazer do conjunto histórico-urbanístico da cidade candidato a Património Mundial da Humanidade, outro é torná-la Cidade Criativa da UNESCO. Estaremos empenhados em criar atractivos da cultura, do turismo e do roteiro turístico que promova a cidade. Igualmente, trabalharemos com o Governo a possibilidade de o Fogo ser uma Região Especial de Desenvolvimento Integrado.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Primeiro porque somos um projecto que inclui todos sem discriminação. Segundo porque acreditamos que o município sabe distinguir o trigo do joio, sabe distinguir quem tenha uma mão com um pouco de tudo de quem tenha uma mão cheia de nada.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Que todos votem na melhor lista e participem, como nunca, na agenda de transformação de São Filipe. Eu não sou como outros que dizem ‘Mi é São Filipe’. Só Unidos podemos conseguir isto.

Presidente Assembleia Municipal



Luís Nunes de Pina, Professor de matemática na escola secundária Dr. Teixeira de Sousa na cidade de São Filipe, ilha do Fogo

Homem mais jovem do PAICV

Dimas Alex Alves

“É através da política que ajudamos a construir as melhores alternativas”



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

A minha motivação fundamental prende-se com uma grande vontade de servir São Filipe. Estar na política é uma forma de conhecer melhor os problemas que entram o desenvolvimento e é igualmente através da política que ajudamos a construir as melhores alternativas de solução.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

De um modo geral os jovens têm a consciência de que é através da política que o desenvolvimento na maioria das

vezes acontece. Todavia o engajamento dos jovens não tem sido aquilo que se esperava. Apesar de estarem hoje melhor formados e bem informados a sua participação é ainda fraca.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Há um grande descrédito no seio da população mais jovem. Geralmente esse sector quer ver resolvidos num curto espaço de tempo os seus problemas e muitas vezes há compromissos nacionais (como, por exemplo, o emprego) que não têm merecido a devida atenção do Governo. O meu apelo é para que todos os jovens exerçam o seu direito de voto. Votar é uma oportunidade importante que os jovens têm para pôr no poder quem em determinado momento merece estar no poder ou para tirar quem estiver a fazer o mau uso do poder.

Mulher mais jovem do PAICV

Carla Deisira Fernandes Correia

“A mulher já não se sente inferior do ponto de vista físico, intelectual e espiritual.”



1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

A mulher ao longo da história esteve sempre subalternizada. Nestas últimas décadas, fruto do acesso à educação e à formação, houve uma espécie de libertação da mulher que já não se sente inferior, do ponto de vista físico, intelectual e espiritual. Penso ser esta dinâmica de emancipação da mulher que me inspirou a querer dar também a minha contribuição na política.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Integrei esta lista, por ser uma equipa jovem, equilibrada quanto ao género, mas, sobretudo, porque me apresentaram uma plataforma eleitoral com grande visão de futuro

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do

seu Município?

A política em São Filipe é vivida com muita intensidade e as confrontações de ideias nem sempre terminam sem ofensas pessoais. As mulheres têm, por vezes, receios de participar das listas. A situação, porém, tem evoluído positivamente e acredito que gradualmente mais mulheres estarão disponíveis para, não só integrarem as listas, como também darem seus contributos noutras esferas do desenvolvimento.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - PAICV



Nuias Silva



Vanilda Correia



Euclides Fernandes



Lia Barbosa Teixeira



Antonio Monteiro Cula



Eva Spinola Andrade



João Jose Canuto

Suplentes: Artur Mendes Cardoso, Ana Paula Barros Pereira, Raúl Jorge Santos, Marcelino Dias Gonçalves, Maria Raquel Pires Veiga, Ely dos Santos Cardoso e Ana Santa Pina Peixeira.

Lista dos Assembleia Municipal - PAICV



Luís Nunes de Pina



Joanilda Alves



Joao Antonio Silva



Neusa de Pina



Amilcar Brandao Lopes



Ilidio de Pina



Henriqueta Cardoso



Nilton Nendes Lopes



Eduardo Brandao



Sofia Andrade Gomes



Lia Correia



Carlos dos Santos



Lila Pires



Patrick



Domitilia Pontes



Jorge Alves



Djeiza

Suplentes: José Pedro Gonçalves, Gilson Montrond Sequeira, Gilson Montrond Sequeira, Mónica Dias Teixeira, Yolando Pina Gomes, José João Vieira Andrade, Venulda Barbosa, Isaías Barbosa Fernandes, Bruno Rosa Teixeira, Carla Fernandes Correia, Dimas Alex Alves, Nuno de Pina Lopes, Clarice Alves Pires, Renato Lopes Brandão, Ibraima Michel Marena, Elvira Pires Brandão, Perivaldo Andrade e Anabela Correia Brandão

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Com relação ao cumprimento da Lei da Parida-

de, a candidatura de Nuias Silva (PAICV) afirma tê-la respeitado na composição das listas para a Câmara e Assembleia Municipais. Dos 14 elementos para a Câmara Municipal, entre efectivos e suplentes, seis são mulheres, sendo três efectivos e outras tantas suplentes, correspondendo a 43%. Dos 34 integrantes para a Assembleia Municipal (effectivos e suplentes) 15 são mulheres (oito efectivos e sete suplentes), 44%.





SÃO FILIPE

Jorge Nogueira, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo MpD

“Precisarei de mais quatro anos para tornar o processo irreversível”



1- Qual é a motivação que está por trás da sua candidatura?

Candidato-me porque a obra começada, que é devolver a dignidade a São Filipe, merece continuidade, para que este processo possa ser irreversível. Tudo está planificado e iniciado. Há programas e projectos em que os resultados não são imediatos como, por exemplo, os do desenvolvimento económico.

Candidato-me porque a situação deplorável em que encontramos São Filipe não deverá voltar a existir. Precisarei de mais quatro anos para tornar o processo irreversível. São Filipe não poderá voltar a ver as suas enormes potencialidades a serem so-

mente faladas e nunca aproveitadas; a ver os horticultores com suas parcelas todas secas por falta de água; a fruticultura a não ser implementada; a ver suas praças, seus jardins, seus espaços verdes abandonados, entre outros aspectos.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

Estamos a propor aos Santilipenses um novo pacto, um novo compromisso para mais quatro anos para deixar São Filipe no lugar que sonhei, no lugar que todos sonham e desejam e no lugar que merece.

O trabalho para o próximo mandato baseia-se na: Dignidade para as pessoas/famílias, Maior e melhor produção e Trabalho, Rendimento para as famílias. São as bases para São Filipe alcançar o patamar de desenvolvimento consentâneo com as suas enormes potencialidades.

Dignidade na educação, formação profissional e universitário, no domínio social, no desporto com construção/reabilitação de varias infraestruturas cobrindo as localidades ainda não beneficiadas, nos espaços verdes/jardins, nas habitações das famílias mais necessitadas, cujas reabilitações serão ainda aumentadas (cerca de 400 habitações reabilitadas neste mandato).

As prioridades das prioridades para o desenvolvimento serão uma aposta muito maior no Turismo, Agricultura, na vertente Fruticultura, a Indústria – agro-indústria, a Pesca, a Pecuária e a Emigração. A iluminação da pista continua sendo uma prioridade para desenvolver turismo com a retoma.

Agricultura será reforçada com mobilização da água subterrânea e aposta no fotovoltaico para – diminuir custo de produção da água, Fruticultura, Pesca, Pecuária, Emigração com a realização do 1º encontro com os Quadros Foguenses, de entre outros.

3- Essas linhas são factíveis?

São factíveis. Com o trabalho já realizado, o domínio de toda a situação encontrada e com a planificação feita, vou fazer muito mais e muito melhor.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Porque é a que mais se identifica com São Filipe e suas gentes; tem candidatos dispostos e disponíveis a trabalhar para o seu desenvolvimento.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

Pedimos a todos a cumprirem com o seu dever cívico no dia 25 de Outubro

Presidente Assembleia Municipal



Adolfo José Rodrigues

Professor de francês na escola secundária Dr. Teixeira, de Sousa na cidade de São Filipe

Homem mais jovem do MpD

Crisando Jorge Teixeira Barros

“Interessei-me pela política com o intuito de dar a minha contribuição e ajudar a desenvolver São Filipe



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

No meu caso, interessei-me pela política com o intuito de dar a minha contribuição e ajudar a desenvolver o município de São Filipe e o Fogo, e também Cabo Verde.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

A participação dos jovens na vida política tem vindo a ganhar força ano após ano e hoje temos um número significativo de jovens se ingressando na política querendo fazer as suas partes para melhorar o país.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

O meu apelo é para os jovens no dia 25 de Outubro irem às urnas expressar o seu voto consciente, votando no partido/candidatura que acham que vão contribuir para o desenvolvimento do município nas áreas de saúde, educação, criar oportunidades de emprego para os jovens, entre outros.

Mulher mais jovem do MpD

Katia Iara Ribeiro Teixeira

“A participação das mulheres é limitada devido ao machismo e à forma de fazer campanha”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

Várias razões me levaram a interessar pela política e, mais do que mostrar interesse, a participar. Quero dar o meu contributo como jovem para o desenvolvimento do meu município e minha ilha.

A participação das mulheres é limitada devido ao machismo e à forma de fazer campanha em que se envereda pela invasão à vida privada das pessoas. Porém, com uma mudança no comportamento de todos, esse receio deve desaparecer porque os homens e as mulheres têm igual direito de participarem na vida política.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Primeiramente porque é a melhor lista. Integra pessoas experientes e competentes. A segunda razão é que sinto orgulho de fazer parte de uma



equipa liderada por Jorge Nogueira pelo seu percurso político e enquanto defensor de São Filipe.

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu Município?

Ainda é uma participação de certa forma receosa, com um número pequeno, mas todas elas com uma boa performance. De realçar que, nos últimos tempos, tem aumentado a participação das mulheres na vida política e agora com a Lei de Paridade será muito maior. Espero que haja respeito nas campanhas.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - MpD



Jorge Nogueira



Ludomila Castro



Lucas Alves



Magui Lopes



António Felix Lopes



Miriam Monteiro



Caetano Rodrigues

Lista de suplentes: Élder Gabriel Correia Lopes, Edna Nunes de Pina, Estevan Fernandes Barros, Dileia Pires Monteiro, Katia Ribeiro Teixeira, Ivânia Lopes Veiga e Crisando Jorge Teixeira Barros.

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - MpD



Adolfo Rodrigues



Leida Alves



António Pires



Jelson Silva



Daniela Correia



Mario Cabral



António da Rosa



Maria José Barbosa



João Domingos Gonçalves



João José Pires



Amália Fernandes



Adilson Gomes



Ana Cardoso



Hérito de Pina



Ruth Fernandes



Esmael Teixeira



Jecelina do Rosário

Suplentes: Benjamim Lopes de Pina, Carla Silva Barbosa, Sérgio Barbosa, João Oliveira Gomes, Maurisa Mendes, Vitorino Pina Alves, José Gomes Soares, Cleida Pires de Pina, Amadeu António Tavares, Mariazinha Correia Teixeira, Elias Silva Antunes, Manuel Barbosa Cardoso, Aleluia Pires Barbosa, José Gomes Barbosa, Paulino Fernandes Tavares, Nádia Fernandes Pires e José Andrade.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

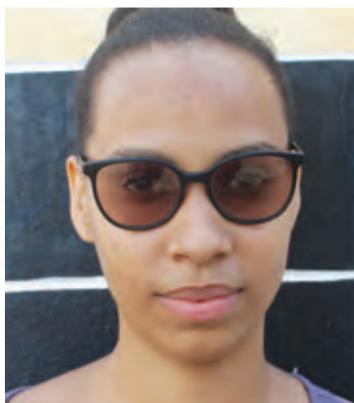
Igualmente, a candidatura do MpD considera ter respeitado a Lei da Paridade. Para a lista à Câmara Municipal de entre os 14 integrantes (efectivos e suplentes) sete são mulheres, correspondente a 50%. A nível da Assembleia Municipal, do total dos integrantes 13 são mulheres, representando 40%, respeitando assim os critérios fixados pela Lei da Paridade.





SÃO FILIPE

Por que se deve votar a 25 de Outubro?



Keila Moura, jovem estudante universitário

- Acho importante votar porque se quero participar e dar a opinião sobre a minha cidade e o meu município tenho de exercer este dever cívico de votar e escolher aqueles que podem governar o município. Também é importante votar para contribuir para o desenvolvimento do município, ser um cidadão activo na escolha dos candidatos para trabalhar para desenvolver o município de São Filipe e a ilha que precisam de muito, comparativamente com outras ilhas de Cabo Verde, como, por exemplo, a instalação de um pólo universitário para facilitar os jovens da ilha na formação na sua própria ilha e sem ter de deslocar as outras ilhas como acontece actualmente.

Xisto Lopes, Professor do ensino básico

- Votar é importante por ser a oportunidade para cada pessoa escolher os candidatos mais qualificados para governar o município nos próximos quatro anos. É necessário reflectir primeiro para exercer esse direito, porque com o voto estamos a contribuir para o desenvolvimento do município e da ilha. Em São Filipe e no Fogo, no geral, quer o PAICV quer o MpD não fizeram o suficiente para que a ilha se desenvolvesse, razão porque é necessário reflectir, ver as propostas e analisar as plataformas para ver quais das candidaturas está em melhores condições para contribuir para o desenvolvimento de São Filipe. É importante votar e tomar decisão para futuro do município e da ilha.



Porquê que um cidadão estrangeiro deve votar nas autárquicas?



Fernanda Colpo – Coordenadora da CVTelecom, brasileira, residente na cidade de São Filipe

- O voto é importante porque é no local que vivo e que escolhi para a minha família e tenho o direito de exigir do poder local as condições de saúde, educação, saneamento... e para poder exigir tenho de exercer o meu dever cívico de voto. É muito fácil apontar os dedos aos outros, mas para poder cobrar temos de fazer a nossa parte e o nosso papel.

Já residi em outras ilhas e sempre votei para dar melhores condições aos filhos, à família e aos colaboradores. Temos de fazer a nossa parte e contribuir para o desenvolvimento, exercendo o direito de voto.

Isac Faye, técnico de manutenção de equipamentos electrónicos, originário da Costa Ocidental Africana (Senegal) e residente há mais de 15 anos na Cidade de São Filipe

- Apesar de ser estrangeiro, mas como vivo aqui em São Filipe, é importante votar, fazê-lo é contribuir para o processo de desenvolvimento do município de São Filipe e da ilha onde estamos a residir. Não tenho problemas com as pessoas e nem com as instituições. Vivemos aqui e somos livres e sempre que precisamos, por exemplo, de um documento, ele nos é facultado, por isso, no meu caso, é normal eu votar sem problemas. Já votei nas outras eleições e no dia 25 de Outubro vou votar de novo porque é importante dar o contributo para o desenvolvimento do município ou ilha onde estamos a viver e devemos dar a nossa contribuição neste sentido.



B.I. do Município

A principal centralidade da ilha do Fogo

Com uma superfície de quase 400 km quadrados (391), representando mais de três quartos da área total da ilha do Fogo, o território do município de São Filipe corresponde a 9% da área terrestre total de Cabo Verde.

O município de São Filipe surgiu com a desarticulação do então concelho do Fogo, que deu origem, a partir de 1992, ao Município dos Mosteiros, e, mais tarde, em 2005, ao Município de Santa Catarina do Fogo, passando a parte maior, constituída por duas grandes freguesias, a denominar-se Município de São Filipe.

O nome do município ficou associado ao da cidade capital da ilha e sede do Município de São Filipe, que, de resto, é o núcleo populacional mais antigo da ilha e o segundo de Cabo Verde, depois da Ribeira Grande de Santiago “Cidade Velha”.

Apesar de albergar o segundo núcleo urbano mais antigo do

país, a cidade dos Sobrados, São Filipe, tal como a maioria dos municípios do país, é eminentemente rural, já que mais de 70% da sua gente vive no campo, à base da agricultura de sequeiro e irrigado, da pecuária e dos trabalhos públicos.

Grande parte da sua população encontra-se emigrada, sobretudo nos Estados Unidos, Portugal e Angola, mas nunca perdendo o vínculo com a terra-mãe, contribuindo de forma regular com remessas, quer em divisas como em espécies, para o seu desenvolvimento, como ficou evidenciado durante o Estado de Emergência decretado na sequência da pandemia da Covid-19.

A população residente ronda os 25 mil habitantes, mas o Município de São Filipe, devido à falta de condições para fixação da população, sobretudo jovens, vem perdendo população acompanhando assim a tendência da ilha em ter

mos de perda da população para outras ilhas, como Santiago, Sal e Boa Vista e para a emigração, principalmente para os Estados Unidos da América.

Os estudos mais recentes apontam para uma redução significativa da população até 2030 se essa tendência e a dinâmica se mantiverem.

A agricultura com a vertente fruticultura, silvicultura e pecuária é uma das principais actividades económicas, ocupando mais de um terço da sua população.

Paralelamente ao sector agrícola, São Filipe conta com outras atracções, nomeadamente no domínio do turismo onde o aspecto arquitetónico da cidade com os seus sobrados, mas também com a sua história e cultura, juntamente com paisagens mágicas e agradáveis, o microclima, praias de areias negras, variedade culinária e artesanal constituem destaque.



Apesar dessas potencialidades, São Filipe está na lista dos municípios mais pobres de Cabo Verde, já que essas potencialidades ainda não estão a ser suficientemente exploradas e aproveitadas para gerar riqueza e traduzir no aumento de rendimento para a população.

Dados do censo de 2010 indicavam que a população activa do município era de 7.318 correspon-

dendo a uma taxa de actividade de 63,70%, e 28,8 % da população vivia, na altura, na pobreza, ou seja, com valor inferior a 590 dólares por ano.

Apesar disso, no universo dos três municípios que compõem a ilha, São Filipe apresenta a menor taxa de índice de pobreza do que Mosteiros cuja taxa é de 51% e Santa Catarina cerca de 60%.



Apresentação das candidaturas

PAICV tenta destronar MpD na Brava

São duas as listas concorrentes à Câmara Municipal da Brava, num duelo que coloca mais uma vez MpD e PAICV frente a frente. Do lado do MpD a aposta caiu sobre Fran-

cisco Tavares, que tem dirigido a autarquia nos últimos três anos, após o pedido de suspensão do mandato do presidente Orlando Balla, e Fernanda Burgo para liderar a principal ca-

deira da Assembleia Municipal. Já os tambarinas apostam num nome bem conhecido dos braveses, o jurista e deputado nacional Clóvis Silva, para a CM, que faz também dupla com

uma mulher, Margarida Rodrigues, formada em Gestão de Empresas.

Segundo dados da CNE, até Agosto de 2019, estavam inscritos 4.507 eleitores nacionais

e oito estrangeiros na Brava, fazendo um total de 4.515 cidadãos aptos a irem às urnas votar. Os dados do último recenseamento ainda não foram disponibilizados.

Retrospectiva das Autárquicas

Tradição de alternância entre PAICV e MpD

O primeiro presidente da Câmara Municipal da Brava (CMB) foi Jorge Nogueira, do MpD, eleito em 1991. Depois seguiu-se José Maria de Barros (MpD), em 1996 e 2000, Camilo Gonçalves, do PAICV, em 2004 e 2008, e Orlando Balla (MpD), em 2012 e 2016, que viria a ser substituído, nos últimos três anos de mandato por Francisco Tavares.

Nas primeiras eleições autárquicas de 1992, na Brava estavam inscritos 3.255 eleitores, sendo que 2.410 votaram, o que significa uma taxa de 74,8%. Houve 44 votos brancos (1,82%) e 87 nulos (3,60%). Jorge Nogueira ganhou essas eleições com 1.573 votos (69,02%) contra os 706 votos de António Tavares, do PAICV, correspondendo a 30,97%.

Já em 1996, José Maria de Barros foi o candidato do MpD para a Brava, vencendo essas segundas eleições autárquicas nailha de Eugénio Tavares. Barros viria também a vencer as eleições de 2000, contra Camilo Gonçalves do PAICV, somando o se-

gundo mandato à frente da CMB. Estavam inscritos 4.265 eleitores. O número de votantes foi de 2.942 (68,98%) e a abstenção chegou aos 1.322 eleitores (31,02%).

As eleições de 2004 foram ganhas por Camilo Gonçalves (PAICV), contra João Gomes Monteiro (MpD). Nesse ano, estavam inscritos 4.525 eleitores, sendo que 2.778 votaram. A abstenção rondou os 38,60%. Camilo venceu com 1.655 votos (61,5%) contra 1.032 de João Monteiro (38,5%).

Em 2008, Camilo Gonçalves avançou para o segundo mandato, vencendo as eleições contra David Lima Gomes, do MpD. Nesse ano estavam inscritos 3.598 eleitores, sendo que 3.123 votaram, o que significa uma taxa de 86,8% de votantes. Houve 53 votos brancos (1,7%) e 31 nulos (1,99%). Nesse ano, a abstenção foi equivalente a 472 eleitores, o que corresponde à 13,12%.

Camilo Gonçalves ganhou com 1.743 votos

(57,3%) contra os 1.299 votos de David Lima Gomes, 42,7%.

Nas sextas eleições autárquicas no país, em 2012, Orlando Balla, do MpD, foi o vencedor na Brava, contra Camilo Gonçalves, do PAICV, que se tinha candidatado ao terceiro mandato.

Num total de 4.121 eleitores inscritos, 3.128 votaram (76%), sendo que 993 não votaram, ficando a taxa de abstenção nos 24%. Orlando Balla obteve 1.674 votos (54%) e Camilo Gonçalves conseguiu 1.383 votos (44%).

Em 2016 Orlando Balla (MpD) e Manuel "Maney" Gomes (PAICV) medem forças pela primeira vez na Brava. Estavam inscritos 4.435 eleitores e votaram pouco mais de metade, 2836. Balla venceu com 1673 votos (58,99%) e "Maney" não foi além dos 39,17% ao conquistar 1.111 votos do eleitorado. Para a Assembleia Municipal o MpD conseguiu eleger 9 cadeiras, incluindo a presidência e o PAICV quatro lugares.



BRAVA

Francisco Tavares, candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo MpD

“Fizemos muito, mas que ainda há muito mais por fazer”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

Tenho a consciência de que fizemos muito, mas que ainda há muito mais por fazer, porque a Brava precisa continuar neste mesmo ritmo de desenvolvimento.

2- Quais as linhas gerais da sua Plataforma Eleitoral?

Dar continuidade ao programa da requalificação urbana, reforçar o programa

de apoio social, continuar e reforçar os apoios para a formação dos jovens bravenses, com formações técnicas e profissionais. No campo de desporto, edificar a placa desportiva em Padjal e requalificar as de Santa Bárbara, Fajã d'Água, Cova e Cachaço. Em termos da terceira idade, é necessário, para a vila de Nossa Senhora do Monte, um Centro de Dia, que sirva como ponto de encontro desta acamada da sociedade. Temos de melhorar o saneamento e implementar o plano de resíduos sólidos já aprovado.

São muitos outros programas, que estão espelhados no plano estratégico municipal de desenvolvimento sustentável, também aprovado. Vamos modernizar a administração municipal com o balcão único e continuar a cumprir com os funcionários nos seus direitos à progressão. Em termos da educação, tudo fazer para continuar a garantir o transporte escolar dos alunos. Fazer com que, no final do mandato, não haja habitação sem casas de banho na ilha Brava e reduzir ao máximo possível as habitações com problemas de infiltração.

3- Essas linhas são factíveis?

Sim. Já temos a garantia do Governo central para continuar para continuar com o programa PRA. As verbas designadas para a formação dos nossos jovens estão já consignadas e, para as placas desportivas, já temos acordo assinado com o Instituto do Desporto e Juventude para o seu financiamento. Há ainda as parcerias com câmaras municipais de Portugal, com a comunidade bravense nos EUA e com o Governo.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

É uma lista que já tem provas dadas. São pessoas com a mesma visão, com o mesmo programa, e que já estão preparadas para implementar os projectos.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

É um momento importante na vida da ilha Brava e de Cabo Verde. Toda a gente deve sair de casa e exercer o seu direito. Só com a participação massiva da população, é que teremos o espelho da satisfação ou insatisfação da população da Brava.

Presidente Assembleia Municipal



Fernanda Burgo, Professora, natural da freguesia de São João Baptista

Homem mais jovem do MpD

Estevão Garcia, 28 anos

“Todos os jovens deviam se interessar pela vida política do seu país.”



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

É uma forma de ajudar a minha ilha e o meu país. Acho que todos os jovens devem ter um pouco de interesse na política.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

Já esteve pior. Hoje temos mais jovens a participar na política e isso é muito bom. O futuro do país está nas mãos dos jovens.

3- A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

Dirijam-se às urnas e votem. É um dia importante para a nossa ilha, o dia em que vamos decidir o seu futuro. Ninguém deve ficar à margem desta decisão.

Mulher mais jovem do MpD

Ivone Delgado

“É a minha segunda participação nesta lista e continuei porque ela faz a diferença”

1- O que leva uma mulher-jovem a interessar-se pela política?

Inicialmente não tinha essa pretensão. Entretanto, na política vejo uma forma de contribuir para o desenvolvimento da minha ilha e sobretudo apoiar os mais desfavorecidos. Pois entrei nessa área não apenas para fazer política mas para fazer ouvir a voz dos mais desprotegidos.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu Município?

Já é a minha segunda participação nesta lista e decidi continuar porque ela faz a diferença. É uma lista onde o ser humano é o centro de tudo. É uma lista que pauta pela igualdade e inclusão social. Falo como ex-vereadora e como munícipe, pois, estive de perto a trabalhar em prol da igualdade para todos sem distinção.

3- Como avalia a participação das



mulheres na vida política do seu Município?

Na ilha Brava ainda é muito baixa. A representatividade feminina ainda está muito longe do desejado, muitas mulheres têm dificuldades de ocupar cargos de poder ou que exigem tomadas de decisão. Mas tenho a certeza que brevemente este cenário mudará pois, se quisermos a igualdade do género, temos de participar mais para fazermos as nossas vozes serem ouvidas.

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - MpD



Francisco Tavares



Ivone Delgado



Danilson Ramos



Edna Oliveira



Mário Soares

Suplentes: Autilia Eugénia Mascarenhas Oliveira, Reinaldo Abílio Gomes Ramos, Maria de Lurdes Duarte Garcia, Paulo Domingos Rodrigue Gomes, Auxilia da Lomba Aires.

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - MpD



Fernanda Fidalgo de Pina Burgo



Samuel Baptista Varela



Ana Pires Gomes Baptista



João Paulo Rocha da Silva



João José Costa Delgado



Vanusa Alves Monteiro



António Gomes Mendes



Pedro Lopes



Cláudia Lopes Baptista



Adilson António Tavares Pires



Ildibranda Fortes Baptista



Estevão Lopes Pires Garcia



Paula de Barros Andrade

Suplentes: José Gonçalves Gonçalves, Janice Ester Barbosa, Henrique Pinto Coelho, Maria Conceição Meirelles Fernandes, João Olívio Vieira Silva, Nídia Fontes Gomes, Abílio Gonçalves de Sousa, Manuel de Fátima Jesus Duarte, Sónia Pereira de Pina, Eurico Xavier Gonçalves, Roosevelt Andrade, Adelaide Lopes Galvão de Pina, João Carlos Azevedo de Pina.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder político.

Quanto à observância da Lei de Paridade, 40%/60% entre os sexos, a candidatura do MpD na Brava, apresentou, na composição das suas listas da Câmara, 50% de mulheres, entre 10 candidatos. Na lista da Assembleia Municipal, o partido também atingiu a paridade, com 46% de mulheres, entre 26 candidatos.





BRAVA

Clóvis Silva candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PAICV

“Somos uma alternativa para trazer mais emprego, mais oportunidades e mais igualdade”



1- Qual é a motivação que está por detrás da sua candidatura?

A nossa candidatura tem como origem os preocupantes indícios de degradação dos indicadores sociais da Brava como a agravamento da pobreza e da pobreza extrema, o desemprego, a desigualdade e a inactividade na Brava.

2- Quais as linhas gerais da sua Plata-

forma Eleitoral?

A nossa Plataforma tem como foco a adopção de uma linha de governação que explore as potencialidades da Brava para transformá-la numa ilha produtiva, com foco nas pescas, agricultura e pecuária, visando debelar o desemprego e a pobreza.

Pretendemos avançar para parcerias público-privadas com um objetivo de gerar riqueza, como sendo a única via para viabilizarmos nossa ilha.

3- Essas linhas são factíveis?

São a nossa única alternativa, pois a excessiva dependência do governo central estagnou a ilha e a impede de investir nos sectores chave. E nós já temos parceiros identificados para tal.

O tecido empresarial bravense não tem se desenvolvido de forma satisfatória, restando pois que o município avance na exploração destes sectores como forma de garantir a sustentabilidade de uma ilha que tem crescimento demográfico negativo.

4- Porque é que a sua lista deve ser a vencedora?

Nossa lista é a mais experiente, com provas dadas a nível nacional e internacional, sendo crucial para a Brava neste momento que tenhamos governantes com capacidade de mobilização, quer de meios financeiros, quer de parcerias.

5- Que repto deixa aos eleitores para irem às urnas?

A ilha Brava tem em nós uma alternativa que porá ao serviço da ilha um projeto que buscará a produção de riqueza com foco na promoção do emprego, haverá mais oportunidade e mais igualdade. Escolhendo nossa candidatura estarão a escolher uma via segura para a melhoria de suas vidas.

Presidente Assembleia Municipal

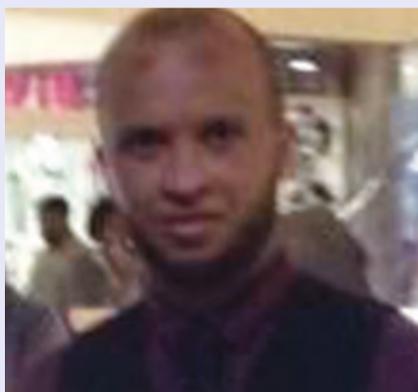


Margarida Rodrigues é natural de Nossa Senhora do Monte, Brava. É licenciada em Gestão de Empresas e formadora GERME (da OIT). Trabalhou na Câmara Municipal da Brava desempenhando diferentes funções e foi Gestora da Unidade Técnica da Comissão Regional de Parceiros da Brava no Programa POSER. Presta consultoria na área empresarial. É Deputada Nacional pelo PAICV pelo Círculo Eleitoral da Brava desde 2011.

Homem mais jovem do PAICV

Lourenço Pereira

“Um jovem sem trabalho é um jovem abandonado e condenado”



1- O que leva um jovem a interessar-se pela política?

Em primeiro lugar para dar o seu contributo como qualquer cidadão, e em segundo por entender que os jovens podem ser um pilar muito importante na “vida” política do país. A democracia requer participação, sobretudo dos jovens, enquanto motor de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

2- Como está a participação dos jovens na vida política nacional?

A participação dos jovens na política e na adesão ao recenseamento eleitoral

é fraca. Este facto deve-se sobretudo às promessas não cumpridas, às expectativas defraudadas e ao sucessivo adiamento do futuro da nossa juventude, por parte dos governantes. Um jovem sem trabalho é um jovem abandonado e condenado. Um jovem formado e sem trabalho é uma tormenta. Com o passar dos anos torna-se numa frustração sem precedentes.

3 - A abstenção, infelizmente, ainda é grande entre os jovens. Que apelo deixa aos jovens para irem às urnas a 25 de Outubro?

A abstenção é um obstáculo no processo eleitoral. A melhor “arma” para combater essa preocupação é a participação activa no processo eleitoral e colocar deste modo os políticos incapazes nos respectivos lugares. O voto não tem preço. Não se pode deixar de participar apenas porque um político desonesto enganou-nos num determinado momento. A democracia dá-nos a possibilidade de corrigir os erros cometidos num certo momento, de acreditar e confiar nas propostas de um deter-

Mulher mais jovem do PAICV

Melanie Pina

“Brava necessita do projeto de igualdade social apresentado pelo PAICV”

1- O que leva uma mulher jovem a interessar-se pela política?

Nunca estive muito ligada à política, apesar de ter crescido numa família adeptíssima. Mas como jovem da Brava, sai para ir estudar fora e quando regresssei não achei muitas opções para jovens na ilha. Então decidi entrar na política para ser uma voz jovem, para os jovens e junto com os jovens.

2- Porque é que integra esta lista e não outras no seu município?

Esta candidatura do PAICV é a melhor que tem para a minha ilha. Considero que o projecto que apresentaram para o desenvolvimento da Brava é melhor que aqueles apresentados pelas outras candidaturas. A Brava necessita do projeto de igualdade social apresentado pelo PAICV.

3- Como avalia a participação das mulheres na vida política do seu



município?

Agora as mulheres interessam-se mais pela política do que antigamente. Considero isso bom porque é uma conquista para nós, mulheres, evoluirmos numa área como a política. Me sinto lisonjiada de ser convidada a dar o meu contributo a esse grupo de mulheres que têm vindo a crescer e a orgulhar na política, tanto da minha ilha como de Cabo Verde

Lista dos candidatos à Câmara Municipal - PAICV



Clóvis Silva



Vanda Fernandes



Lourenço Pereira



Carlos de Pina



Arminda Monteiro

Lista de suplentes: Carlos Costa, Carlos Bango, Guilhermina Vieira, João Baptista, Maria Baptista

Lista dos candidatos à Assembleia Municipal - PAICV

Margarida Cardoso
Fernandes Rodrigues

Jorge Goncalves Reverdes



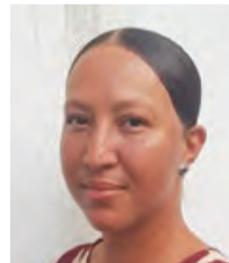
Melanice da Graca de Pina



Adalberto Andrade Martins



Joao António Andrade Coelho



Benvinda Burgo Pinto



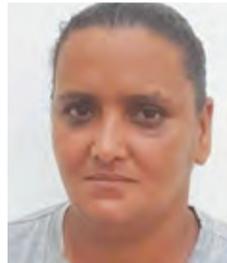
Joao Cândida Pereira Baptista



Manuel Barbosa



Leila Tatiana Lobo Candido



Lidia Ribeiro da Lomba



Joao Garcia da Veiga Vaz



Carla Lopes MendesPinto



Ana GomesPereira Baptista

Lista de suplentes: Rose Pedro de Brito Silva, Quirino Baptista Fortes, Anacy Solange Monteiro Duarte, Sidnei Elias Gomes Duarte, Joana Carina Fortes Jesus, Liliana Pereira Andrade, Jorge Nataniel Tavares da Graca, Maria Barbara Lima Goncalves.

Grau de aplicação da Lei da Paridade

A Lei da Paridade (lei nº 68/IX/2019) visa a prevenção de condutas discriminatórias e promove a igualdade de género. Foi aprovada a 31 de Outubro de 2019, no Parlamento. O diploma diz que é obrigatória uma representação política de, no mínimo, 40% de cada um dos sexos, nas listas de candidatura dos órgãos colegiais do poder polí-

tico.. Quanto à observância da Lei de Paridade, 40%/60% entre os sexos, a candidatura do PAICV na Brava, apresentou, na composição das suas listas da Câmara, 40% de mulheres, entre 5 candidatos. Na lista da Assembleia Municipal, o partido também atingiu a paridade, com 52% de mulheres, entre 21 candidatos.



Por que se deve votar a 25 de Outubro?



Cristiano José Pereira, *professor*

É um dever cívico de todos. A democracia fica mais completa e consolidada quando damos a nossa contribuição, com o nosso voto.

Vanusa Monteiro, *professora*

Primeiro porque é um acto cívico. Votamos porque quando alguma coisa não está bem e queremos uma mudança, mas também votamos quando tudo está bem e queremos a continuidade do Governo em causa.



Porquê que um cidadão estrangeiro deve votar nas autárquicas?



Moustapha Gueye, *professor, Senegal*

É importante exercer o meu direito de voto, porque é uma forma de apoiar a ilha onde vivo. Para além disso, estou a contribuir para consolidação da democracia na Brava e em Cabo Verde.

B.I. do Município

Brava, um paraíso repleto de desafios

Com uma superfície de 64 km², Brava é a mais pequena ilha habitada de Cabo Verde e a mais ocidental do grupo de Sotavento, situada ao sul do arquipélago. Representa 1,58% do território nacional e conta com uma população residente de 5.638 pessoas, 1,1% da população do país e com uma idade média calculada em 31 anos.

Em 2016, a ilha contabilizava 1.553 agregados familiares, 58,3% com representantes do sexo masculino e 41,7% do sexo feminino. Na mesma altura, dados do INE indicavam que 95,1% dos agregados tinham acesso à eletricidade, 85,2% tinha casa de banho, 86,7% beneficiavam de acesso à água canalizada e 91,9% usava gás butano



para cozinhar.

No que toca à educação, a taxa de alfabetização ronda os 84% na população acima dos 15 anos e 96,9% na população entre os 17 e os 24 anos.

Ainda em 2016, a ilha tinha uma taxa de desemprego a volta dos 4,6% e uma taxa de ocu-

pação de 29,1%, nos residentes com idade acima dos quinze anos.

Os últimos dados estatísticos divulgados pela CNE, apontam que a ilha tinha 144 empresa activas em 2015, com uma representação de 0,8% no PIB nacional (1.303 milhões de es-

cudos).

No mesmo ano detinha 3,9% dos estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde, correspondente a nove espaços de hotelaria.

A economia da ilha gira em torno da agricultura, pecuária e pesca, o que faz com ela tenha uma grande dependência das re-

messas de emigrantes, sobretudo dos Estados Unidos da América.

A agricultura, essencialmente de sequeiro, associada à criação de gado constitui a principal ocupação da população.

A pesca é caracterizada pela exploração artesanal. Entretanto, o processo de captura e comercialização é ainda muito incipiente, com mais de 50% do pescado a ser consumido localmente.

O sector do comércio é de extrema importância para o município, com quase todas as zonas cobertas por pequenas unidades de comercialização de bens, principalmente de primeira necessidade. A maior parte do comércio está centralizado na cidade de Nova Sintra.

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!





Arsénio Fermino de pina*

Você falou na comemoração do 60º aniversário das independências francófonas nas subsarianas?!!

A revista *Jeune Afrique* nº 3092 apresenta-nos uma série de artigos e entrevistas de participantes, políticos e historiadores das independências africanas francófonas subsarianas iniciadas em 1960, que nos esclarecem como foram preparadas e executadas pela França e a Bélgica. Independências praticamente ofertadas, visto tanto a França como a Bélgica se terem convencido de que teriam muito menos críticas, mais lucros, menos despesas e responsabilidades cedendo a independência às suas colónias africanas subsarianas, escolhendo os futuros governantes que garantissem a continuação da exploração sem retribuição.

A descolonização francesa foi uma autêntica fraude, bem como a belga. A França utilizou um homem da confiança do General De Gaulle, Jacques Foccart, para escolher os futuros governantes e eliminar aqueles patriotas capazes de promover o desenvolvimento e progresso da África. Todo aquele que pudesse criar problemas aos desígnios dos colonizadores de continuação da exploração das riquezas africanas, seria pura e simplesmente eliminado pelas polícias secretas, por empreitadas utilizando mercenários de confiança ou por intermédio de lacaios obedientes e venais postos na governação. Os poucos intelectuais e técnicos capazes, africanos honestos capazes de assumir o futuro dos seus países, tiveram de fugir para escaparem à chacina. É assim que encontramos, em universidades inglesas, francesas e americanas, cérebros brilhantes, quadros africanos altamente competentes, como professores e investigadores, economistas, médicos, engenheiros, etc., que poderiam estar nos seus países a dar o seu contributo para

o desenvolvimento.

A ordem colonial repousava no princípio da expropriação sem compensação. Com a independência escolheu-se quem dava garantia de continuidade dessa ordem colonial, idiotas, canalhas e lacaios dos ex-patrões, os quais passaram a beneficiar de todas as facilidades e protecção das ex-metrópoles.

Até as Nações Unidas ajudaram nessa patifaria, visto as grandes potências do Conselho de Segurança, no contexto da Guerra Fria, estarem interessados na manutenção do *status quo*; a Quarta Comissão da Assembleia Geral, que estudava o estado de progresso das independências e de autonomia, tinha uma circular secreta que defendia a bloqueio de toda a tentativa de emancipação “rápida”.

Vou-me basear em extractos de duas publicações recentes de historiadores e politólogos, Achine Mbembe e Karine Ramondy, respectivamente, *Brutalisme*, Ed. Découverte, e *Leaders Assassins en Afrique Centrale, 1958-1961, Entre Construction Nationale et Régulation des Relations Internationales*, Ed. Harmattan, para descrever como se planearam e se executaram as independências das colónias francófonas subsarianas, nas quais se utilizaram canalhas nacionais e das ex-metrópoles para o efeito, com o conhecimento e mandato das respectivas metrópoles.

Os líderes mais probos e competentes começaram por ser ridicularizados junto das suas comunidades e internacionalmente. Patrice Lumumba era “o negro com barba de cabra”, Boganda, “o negro que se julga branco”, Nyobè, “o feiticeiro-pantera”, um outro, “o negro obcecado com mulher branca”, etc. A seguir fizeram avançar africanos francófilos de confiança e idiotas, lacaios potencialmente facínoras com garantia de protecção. Os reconhecidamente francófilos, cultos, que ocuparam postos oficiais em França – Leopold Senghor e Hou-

phoet Boigny - encarregaram-se de fazer gorar a pretensão da constituição de uma confederação africana de países que poderia dar mais peso, força política e económica para um desenvolvimento sustentado independente. Os outros, os tais idiotas argentófilos foram estimulados com possibilidade de enriquecimento rápido pessoal, da família e das suas tribos, com facilidades na transferência de fortunas retiradas do erário público e ajudas internacionais para paraísos fiscais, investimentos no imobiliário, em residências palacianas nas ex-metrópoles e em bens pessoais.

O gestor central dessas manigâncias junto do Estado era o Secretário Geral dos Assuntos Africanos e Malgache, entre 1960 e 1974, Jacques Foccart, conhecido como o homem de sombra do Gaullismo, íntimo dos presidentes escolhidos, no sistema em moda na altura de partido único, dentro da comunidade franco-africana. A exploração desses países balcanizados, e não confederados, tornou-se mais rendosa por não haver despesas da ex-metrópole; o destacamento do exército francês garantia tranquilidade bilateral, aos exploradores e seus facilitadores nacionais, estes encarregados de assumir a responsabilidade em caso de algum desaire, no branqueamento da tirania, da corrupção e da brutalidade.

Vejamos as fases pré e justa independências, francófona e belga, deixando de lado a portuguesa, que conhecemos relativamente bem, que foi de luta acesa prolongada, um tanto parecida com a francesa na eliminação de alguns líderes e prisão de outros, e a inglesa, em que não houve liquidação física dos líderes, embora os ingleses tenham criado situações terríveis, na política de dividir para reinar, de incompatibilidades tribais e religiosas que complicaram imenso o futuro.

Ruben Um Nyobè, líder camaronês foi preso no mato e mor-

to, tendo o corpo sido incorporado num bloco de betão; Moumié, da mesma nacionalidade, foi envenenado, na Suíça, por um tal William Bechtel, por empreitada paga pelos serviços secretos franceses. Patrice Lumumba caiu em desgraça após a secessão de Katanga visto não ter concordado com a decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas e pedido ajuda à União Soviética; com conhecimento de Eisenhower e Allen Dulles da CIA decidiu-se afastar Lumumba do Governo, e Mobutu encarregou-se de o prender e enviar a Katanga de Tshombé, onde foi torturado, morto por um soldado belga por ordem de Gerard Soete, comissário de polícia belga. O corpo foi dissolvido em ácido, tendo este comissário confessado que só ficaram alguns dentes por destruir. O escândalo da natureza em riquezas minerais que é o Congo interessava à Inglaterra, EUA e Bélgica, e Mobutu oferecia mais garantia na sua exploração; morreu de doença multimilionário.

Um exemplo típico da idiotia de certos dirigentes africanos foi Léon Mba, chefe do governo provisório do Gabão, em 1958, e futuro presidente, considerado “O pai da independência do Gabão”, que tem uma estátua no centro de Libreville: pediu ao governador colonial, Louis Sanmarco, que negociasse, em seu nome, com a metrópole, um estatuto de departamento francês para o Gabão. Recebeu uma resposta categórica do Ministro do Ultramar, Bernard Cornut-Gentille, que seria independência, como todas as outras colónias.

Houphouët Boigny nomeou o francês Raphael Saller ministro das Finanças, Assuntos Económicos e do Plano no primeiro Governo pós-colonial e foi ministro costa-marfinense até 1966. Senghor também teve um ministro francês no seu Governo.

Modibo Keita, do Mali, favorável à criação de confederação, veio a sofrer um golpe de Estado, eliminado posteriormente,

presumindo-se que por envenenamento. Sekou Touré, não aceitando integrar-se na Comunidade Franco-africana, escapou ao morticínio. Como vingança, De Gaulle mandou retirar da Guiné todos os quadros franceses que aí trabalhavam e as instituições francesas aí criadas, o que complicou imenso o desenvolvimento do país.

Um sargento, G, Eyadema, do Togo, matou a tiro o presidente Sylvanus Olympio, ocupou o seu lugar, autopromovendo-se general; morreu de doença, muito mais tarde, sempre como presidente.

Neste contexto, nas eleições presidenciais, em certos países, até se pode eleger um burro com mais de 90% de votos.

Esses presidentes franco-dependentes e cleptocratas pouco se importaram com o desenvolvimento dos respectivos países, com a criação de estruturas e instituições de carácter social que beneficiassem as suas populações, até porque, para uma simples obtenção dentária tomavam o avião presidencial rumo à Europa, os filhos e netos estudavam em boas escolas europeias e americanas. Há mesmo alguns que vivem e viveram mais tempo na Europa do que nos países de origem.

Todas essas infâmias foram praticadas por canalhas conhecidos que ficaram impunes, quando não louvados, e os presidentes escolhidos viveram à tripa forra e bem protegidos. E estranha-se que a África não tenha acompanhado o desenvolvimento doutros continentes! De admirar seria que depois da escravatura, da exportação de escravos para as Américas e Antilhas, da exploração sem retribuição destes e dos respectivos países, do colonialismo e neocolonialismo, não tenha havido a erradicação dos africanos da face da Terra. Afinal, comemorar o quê?

Parade, Setembro de 2020

*(Pediatra e sócio honorário da Adec)

Estado de coisas ou coisas do Estado

O imposto e o equilíbrio de tributação



Cesar Garcia

O imposto, hoje no mundo moderno, é uma das principais armas de combate à pobreza e à exclusão social, independentemente das tendências políticas do Governo.

Sempre, os Estados onde se cultiva a democracia, o Estado Social e a inclusão, independentemente da posse económica, utilizaram e utilizam o imposto como um meio de redistribuição de riquezas e minoração da desigualdade social, nomeadamente os Estados Nórdicos, Benelux, EUA, Canada.

Pode-se até tomar, como exemplo, os Estados mais a Ocidente da UE, embora com alguns considerandos relativos a Itália e Portugal (este, dado às medidas que vem tomando sobre a debelação de desigualdades sociais encontra-se no topo dos Estados considerados de alto desenvolvimento humano).

Note-se, que nos países cuja cultura democrática já é uma realidade, o aspeto fundamental do Estado Social é seguido e fiscalizado e sancionado por qualquer desvio ao fim.

Estado Social e tributação

O princípio do Estado Social encontra-se plasmado em praticamente todos os países de Estados de Direito, muito embora, onde mais se cultiva, seja nos Estados de cariz mais liberal, designadamente, nos países ou regiões acima referenciados.

Não há sistema fiscal perfeito. Daí que qualquer sistema fiscal tem vantagens, mas também levam críticas devido à impossibilidade de se chegar à virtude.

Por outro, qualquer negócio, quer em nome individual, quer por via de sociedade, visa sempre a criação de riqueza do indivíduo, pessoa, sócio, acionista ou equiparado; da mesma forma, a tributação, embora recaindo sobre o negócio – lucro ou bem, visa diretamente o indivíduo, a pessoa singular ou física; Como também qualquer incentivo, benefício fiscal ou equiparado atribuído ao negócio visa diretamente a pessoa, indivi-

duo, promotor do negócio. Daí se coloca a seguinte questão: Qual a finalidade do imposto? Será que o imposto visa meramente a arrecadação de receitas para a realização de gastos públicos? Qual o aspeto fundamental da realização de um Estado? Pode o imposto criar desequilíbrios económico-social?

Se a tributação de negócio visa sempre tributar diretamente o indivíduo, sócio, acionista, resta-nos focar diretamente na tributação do indivíduo.

Relativamente à tributação de consumo e/ou indireta, como se sabe, é um sistema injusto por ser cego e nunca ver a capacidade económica e nem tributa o consumo de luxo como deveria.

Quanto à tributação de rendimentos de indivíduo ou pessoa singular, pode-se aferir do seguinte:

Nos Estados onde a tributação baseia-se no princípio do Estado Social de capacidade contributiva, aplicam-se as regras de taxas progressivas de impostos, sendo que essa progressividade é acentuada em função do grau de rendimentos auferidos, e casos há até de sobretaxas a partir de determinados montantes.

Tributação nos países nórdicos, Benelux, EUA e Canadá

Mas também, as contribuições do Estado para gastos sociais, designadamente, com educação, saúde, etc., variam na razão inversa da progressividade de taxas de impostos, até ao ponto em que os detentores de maiores rendimentos assumem por si todos os seus gastos sociais. Pode-se ver isso nos países Nórdicos, Benelux, EUA, Canada, os Estados mais a Ocidente da UE;

Países onde o regime é de flat-tax ou seja taxa única

No quadro desse sistema pode-se destacar (a) países onde o rendimento e bem-estar social são equilibrados, tendo o imposto

como rendimento auxiliar do Estado, designadamente Seicheles; (b) países onde não existe ou existe uma baixa cultura fiscal, em que o índice de corrupção é elevado, e tudo é dominado pela política dos mais poderosos e ricos, designadamente os países de Leste Europeu;

Estados, embora a Constituição impõe a política virada para o Social, onde o sistema prevê medidas de proteção de famílias, capacidade contributiva e justiça social:

Nesses Estados toda a abrangência de tributação, particularmente de base contributiva, depende exclusivamente da vontade dos políticos. Temos, como exemplo, os Estados da América Latina, os Estados Africanos, particularmente Cabo Verde.

Vejam-se que nesses Estados os “parlamentares” fazem-se por proteger de tributação de determinados rendimentos que auferem, nomeadamente, subsídios em renda de casa, de comunicação, de transporte, de deslocações e estadas, de exclusividade, de saúde, etc.

Pois, vê-se que no próprio CIRPS, nº 3, artigo 6º, institui-se que “Estão isentos os subsídios de rendas de casa e de exclusividade atribuídos nos termos de lei parlamentar, operando a isenção através da dispensa de retenção na fonte.”

Pois, claramente, a legalização da fuga ao imposto em contrassenso do princípio constitucional da capacidade contributiva, ou mesmo do princípio da igualdade de tributação (artigos 23º e 93º nº 1, CRCV). Precedente esse que não encontra equiparação a nível do Estados de Direito Democrático, ou de Estado Social, mas sim dos “Estados Politocráticos” em que a decisão dos políticos encontra-se acima da razão e do princípio sacrossanto da igualdade (equidades vertical e horizontal).

Não é por acaso que, nesses Estados, os titulares de cargos políticos enriquecem e tornam-se novos ricos e com influências nas decisões políticas seguintes.

Vexame ou vergonha?

É vexame ou vergonha? Urge combater esses males. Não é normal que um titular de cargo político ou equiparado, encontrando-se no topo da carreira salarial, ainda beneficia de um conjunto de rendimentos que foge ao controlo fiscal ou à tributação, quando na verdade esses mesmos exigem à maioria dos trabalhadores um sacrifício enorme de carga fiscal para compensar receitas do Estado.

Pode-se tomar como exemplo um Ministro = salário de topo + subsídios: renda de casa + comunicação + exclusividade + deslocação, além de ajudas de custo para si e para toda a família e amigos + empregadas em casa + eletricidade, água, gás + despesas de representação pessoal + isenção aduaneira + carro com condutor para transporte de esposas e filhos e amigos + diversos a coberto de despesas confidenciais, etc.

Diz-se por aí que o Presidente de uma determinada Câmara Municipal andava com um telefone sem fio no saco para todos os sítios porque lhe permitia telefonar por conta do Município, mantendo assim o subsídio de comunicação intacto;

Em tempos, a própria Presidente do Conselho Superior de Magistratura Judicial reclamou da não inclusão das remunerações extras (subsídios de renda de casas, de combustíveis, etc.) no cômputo de remuneração global para efeito de tributação por esse fato estar a prejudicar na avaliação de remuneração para a aposentação; Recentemente esteve-se a discutir a questão de um determinado Presidente de Câmara Municipal que faz deslocar, a mais de 100 quilómetros dia, a viatura oficial para transporte do familiar para Escola...e alguém, em defesa no Par(a)lamento disse-se que ele tem direito por lei. Mas que lei!? (artigo 203º do Código Penal). Em que ficámos? (...)

Novembro.2019
cesargarcia19@gmail.com

“É vexame ou vergonha? Urge combater esses males. Não é normal que um titular de cargo político ou equiparado, encontrando-se no topo da carreira salarial, ainda beneficia de um conjunto de rendimentos que foge ao controlo fiscal ou à tributação, quando na verdade esses mesmos exigem à maioria dos trabalhadores um sacrifício enorme de carga fiscal para compensar receitas do Estado.”



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

25 OUTUBRO 2020